

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

CORPO E FEMINISMO: A MARCHA DAS VADIAS DE CAMPINAS/SP

Autora: Camila Carolina Hildebrand Galetti

Brasília, 2016

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

CORPO E FEMINISMO: A MARCHA DAS VADIAS DE CAMPINAS/SP

Autora: Camila Carolina Hildebrand Galetti

**Dissertação apresentada ao
Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília/UnB
como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Mestre.**

Brasília, março de 2016

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CORPO E FEMINISMO: A MARCHA DAS VADIAS DE CAMPINAS/SP

Autora: Camila Carolina Hildebrand Galetti

Orientadora: Doutora Tânia Mara Campos de Almeida (UnB)

Banca: Titulares:

Profa. Dra. Tânia Mara Campos de Almeida (SOL/UnB)

Profa. Dra. Lourdes Bandeira (SOL/UnB)

Profa. Dra. Maria Celia Orato Selem (FE/UnB)

Suplente:

Profa. Dra. Ana Cristina Collares (SOL/UnB)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Jacyana e Vane Galetti por sempre me desafiarem, pelo carinho e incentivo quando a saudade apertou e por terem me ensinado a ter prazer pelo conhecimento.

A Tânia Mara de Almeida Campos pela orientação cuidadosa, atenção, sugestões construtivas e paciência na construção desta dissertação.

A Célia Selem por aceitar participar da banca e antes disso, pela receptividade em Brasília, juntamente com a Anette Maia pela força, discussões construtivas, ideias e incentivos nessa empreitada. Sem vocês isso se tornaria mais pesado e difícil.

A Lourdes Bandeira por aceitar participar da banca, pelas sugestões ricas na qualificação.

Ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, professoras/es, secretárias/o atenciosas/o e colegas de mestrado, principalmente a Camilla Santana e Edi Alves pelo companheirismo. A Capes pelo auxílio financeiro.

As ativistas da Coletiva Vadia de Campinas, São Paulo, pela disponibilidade de contribuírem para a pesquisa.

A Patricia Lessa e Fagner Carniel professora/o querida/o da Universidade Estadual de Maringá, que ajudaram na construção do objeto, me acompanharam na construção da dissertação e por acreditarem em mim sempre.

As/o amigas/o queridas/o da graduação Eduardo Almeida, Laís Bonifácio, Ana Laura, Bruno Cabarcas e Lucas Cardoso (*in memoriam*), que me deram força e pelo carinho de sempre.

As amigas Carolina Marra e Raquel Rizzi por me suportarem cotidianamente, pelas ideias, incentivos e carinho.

As amigas Marjorie Chaves, Fernanda Maria Caldeira, Fernanda Paz, e ao amigo Samilo Takara pelas contribuições teóricas no decorrer desses anos e parcerias.

RESUMO

Esta dissertação buscou expor os resultados de uma pesquisa exploratória que partiu da relação entre corpo, ciberativismo, cidade e expressões de movimentos feministas, mais especificamente a Marcha das Vadias de Campinas, São Paulo. Seu objetivo central foi compreender, por intermédio da aproximação dessa marcha no interior paulista, como o feminismo contemporâneo vem se articulando, quais suas pautas de reivindicações e como se dá a relação de tais expressões com novas ferramentas de ativismo: as redes sociais. A Marcha das Vadias de Campinas é ora tratada e descrita como um fato social. É apresentada, em detalhes, a forma de organização e consolidação de um coletivo feminista na cidade, bem como é debatida a relação desse movimento com representações do Estado no local. No processo de apreensão sociológica desse movimento social, também se revela como fenômenos culturais e sociais atuais reeditam o corpo das mulheres, de antigas bandeiras feministas, reelaborando-o no modo de ser visto e instrumentalizado como prática política de contestação nas ruas e nos espaços virtuais do ciberativismo.

Palavras-chave: Ciberativismo. Corpo. Feminismo. Marcha das Vadias de Campinas (SP).

ABSTRACT

This dissertation aims to expose the result of an exploratory research that came of the relation among body, cyberactivism, city and feminist movements, more specifically the “Marcha das Vadias”, of Campinas, São Paulo. The main goal was to comprehend, through this march on the countryside of the state of São Paulo, how the contemporary feminism has been articulating, which are its claims, and how the relation of these expressions with new activism tools (the social networks) is. The “Marcha das Vadias” of Campinas is treated and described as a social fact. It is presented, in details, the form of organization and consolidation of a feminist collective on the city and it is also discussed the relation between this movement and the State representations on the spot. In sociological apprehension process of this social movement, it is revealed how current cultural and social phenomena reissue women’s body, from old feminist issues, reworking it on a way of being seen and exploited as defense policy practice in the streets and in the virtual spaces of cyberactivism.

Keywords: Cyberactivism. Body. Feminism. “Marcha das Vadias” of Campinas (SP).

LISTA DE SIGLAS

AMB – ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS
ANESCS – ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CF8M – CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO
CNDM – CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER
CONTAG – CONSELHO NACIONAL DE AGRICULTORES
CNJ – CONSELHO NACIONAL DA JUSTIÇA
CUT – CENTRAL ÚNICA DE TRABALHADORES
MAMU – MAPA DE COLETIVOS DE MULHERES NO BRASIL
MML – MOVIMENTO MULHERES EM LUTA
MMM – MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES
MRT – MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO DE TRABALHADORES
ONGS – ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
PCB – PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
PNA – PESQUISA NACIONAL DE ABORTO
PNE – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PSTU – PARTIDO SOCIALISTA DE TRABALHADORES UNIFICADOS
PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES
SISNOV – SISTEMA DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA
SOF – SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA
SPM – SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
UEM – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
UNICAMP – UNIVERSIDADE DE CAMPINAS

Índice da dissertação

INTRODUÇÃO.....	14
EXPERIÊNCIA DE PESQUISA E MÉTODO.....	20
APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS.....	25
1. O FEMINISMO NO BRASIL EM “MARCHA”.....	26
1.1 FEMINISMO AUTÔNOMO E FEMINISMO DE ESTADO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS COM A MARCHA DAS VADIAS.....	36
1.2 A LIBERAÇÃO DO CORPO NA MARCHA.....	40
1.3 A MARCHA DE CAMPINAS.....	42
1.3.1 MARCHA EM CAMPINAS: SEUS TEMAS, SUAS BANDEIRAS.....	44
2. UM OLHAR SOBRE O CORPO.....	54
2.1 SE TOCA, MULHER!.....	58
2.2 O CORPO E A CIDADE.....	62
2.3 DIREITO À CIDADE.....	66
2.4 O CORPO EM MARCHA.....	69
3. MOVIMENTOS SOCIAIS E CIBERATIVISMO.....	73
3.1 O ATIVISMO NAS REDES SOCIAIS: O QUÊ ELAS DISCUTEM?.....	79
3.2 ABORTO E IDEOLOGIA DE GÊNERO: ANTIGAS E NOVAS PAUTAS NO FEMINISMO..	83

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....89

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....95

ANEXOS.....

Introdução

Na relação entre pesquisadora/o e objeto a ser pesquisado, somos levadas/os a estudar aquilo que, consciente ou inconscientemente, tem algum significado para nós. Aquilo que nos afete, nos angustie, que tenha relação com as nossas vivências motiva a desenvolver uma pesquisa, pois o processo de elaboração de uma dissertação exige horas de dedicação e empenho. A força motriz do estudo, a meu ver, é o envolvimento com o tema e o que ele significa para a/o pesquisador/a.

Durante a graduação em Ciências Sociais, realizei duas pesquisas que estavam relacionadas com a história do feminismo no Brasil, na tentativa de compreender melhor as lutas, as conquistas e os desafios enfrentados pelas mulheres nas últimas décadas. Para o mestrado, já sabia que iria enveredar pela temática de gênero e movimentos feministas, porém não sabia qual tema exatamente pesquisaria. Na tentativa de compreender melhor os espaços nos quais estou inserida, optei por analisar a Marcha das Vadias, enquanto expressão de movimento feminista contemporâneo e a relação desse movimento com as questões que concernem às mulheres.

Vozes de jovens feministas estão presentes neste trabalho. Em conversas, análises de suas militâncias por meio de organizações de cunho feminista que impulsionam as Marchas das Vadias, de seus corpos em marcha e de como constroem o movimento, me localizo: sou mulher, feminista, mestranda em Sociologia da Universidade de Brasília e envolvida com coletivo feminista, o qual descrevo no primeiro capítulo desta dissertação.

Dar visibilidade a movimentações feministas, dentre outras coisas, significa pensar a sociedade a partir de outra posição que não seja pelo sujeito e o olhar masculino. O viés masculinista permeia todo o pensamento social ocidental e, com a invisibilidade de mulheres enquanto produtoras de conhecimento e sujeitos da história, a experiência das mulheres são desvalorizadas. Há décadas, mulheres questionam binarismos, construções sociais, poderes simbólicos e seus mecanismos de operação (ADELMAN, 2009), com a intenção de problematizar a condição feminina na sociedade.

Neste sentido, estudar uma das atuais expressões de feminismo é chamar a atenção para os dilemas e as perspectivas das lutas das mulheres, que são históricas. Cabe ressaltar que as mulheres possuem experiências diferentes de vida e, conseqüentemente, apesar dos diversos movimentos de mulheres e feministas, possuem

uma luta em comum: o fim das opressões de gênero. Fica claro que não se pode universalizar a condição feminina e que um dos desafios do feminismo sempre foi pensá-la no plural.

Os campos de ações do feminismo envolvem uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos, que utilizam de variadas estratégias para disseminar suas lutas. Esta dissertação analisou uma das expressões de movimentos feministas, a Marcha das Vadias, que tem ganhado visibilidade política e cultural na contemporaneidade. O foco aqui é a utilização do corpo feminino na Marcha, instrumento de luta utilizado há décadas por feministas para dar visibilidade às suas pautas. Porém, nos dias atuais, tem sido utilizado de forma singular, principalmente por meio das redes sociais.

A questão do corpo constitui um eixo central para os movimentos feministas, no sentido de se engajar no momento histórico em que vivemos. Momento, este, em que o corpo é um terreno privilegiado das disputas em torno quer de novas identidades pessoais, quer da preservação de identidades históricas, da assunção de híbridos culturais ou das recontextualizações locais de tendências globais (ALMEIDA, 2004, p.4). O corpo é político, é campo de batalha. O corpo não é apenas matéria, mas uma contínua e incessante materialização de possibilidades e recursos.

Um dos maiores desafios do feminismo é realizar uma transformação, tanto no âmbito público como no privado. Dentro das casas de muitas mulheres, em ambientes de trabalho, escolas e universidades, há homens que aproveitam da posição privilegiada que o patriarcado lhes proporcionou para humilhar, violentar e tratar de maneira desigual as mulheres. Por isso, é cada vez mais frequente o surgimento de ações coletivas que se iniciam de forma espontânea, primeiramente nas redes sociais, dando visibilidade a casos de opressões, utilizando diferentes estratégias para tanto.

Tais ações impulsionadas principalmente por intermédio das redes sociais, tendo sua continuidade nas ruas, chamam a atenção de pesquisadoras/es. Tais expressões têm sido intituladas de *Primavera das Mulheres* ou *Primavera Feminista*, com dimensões comparáveis ao que foi “Junho de 2013”¹ no Brasil. A expressão “Primavera” é o nome dado à onda de protestos, às revoltas, principalmente àquelas ocorridas no Oriente Médio em 2010, intitulada de *Primavera Árabe*. O protesto teve como principal marca o

¹ Em junho de 2013, emergiram em várias partes do Brasil manifestações contra o aumento do preço do transporte público e, posteriormente, por outras demandas, as quais tiveram princípios e formas de ação compartilhados através de vídeos no YouTube, páginas no Facebook e mensagens no Twitter (ZÜQUETE, J. P, 2014).

uso das redes sociais. Thomas Tufte (2013) aponta que “Primavera” é o termo aplicado a processos de mobilização social e ação coletiva que têm como característica a chamada para um processo de desenvolvimento mais inclusivo, no qual os desempregados, os jovens, as mulheres, os pobres, os marginalizados, ou simplesmente o cidadão de baixa renda exige ser ouvido.

No que diz respeito à “*Primavera feminista*”, uma das mobilizações deu-se em resposta ao Projeto de Lei 5069/2013, de autoria do atual presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Eduardo Cunha, parlamentar à frente da primeira agenda ampla de contra reforma antipopular que inclui o projeto de lei citado. A proposta restringe o atendimento a mulheres vítimas de violência sexual e o acesso delas ao aborto legal, exigindo Boletim de Ocorrência, exame de corpo de delito, além de retirar das instituições médicas a obrigação de realizar procedimentos, ceder medicamentos como a “pílula do dia seguinte” e o coquetel anti-DSTs e de prestar informação às mulheres violentadas que desejam abortar dentro dos marcos da lei.

Nas redes sociais foram convocadas, em 2015, diversas manifestações: primeiramente, em várias capitais do Brasil, depois em cidades de menor porte. Elas tinham como principal lema “*Pílula fica, Cunha sai!*”, como resposta ao retrocesso que impõe o referido projeto de lei. A adesão ao movimento chamou atenção da grande mídia e, com isto, foram disseminadas reportagens nos principais veículos de informação, o que deu visibilidade aos atos. Um exemplo da divulgação midiática foi a reportagem feita pelo Brasil de Fato² (2015), chamada “Uma primavera feminista para acabar com o inverno conservador”.

Os assuntos pautados na imprensa se referiam à onda de protestos que pede o “Fora Cunha”, que reuniu cerca de 3 mil pessoas em São Paulo, e 5 mil no Rio de Janeiro, em outubro do ano passado. Tais manifestações foram acompanhadas de performances artísticas por parte das mulheres, a fim de retratar o direito a autonomia do corpo. Muitas pintaram seus corpos, carregavam cartazes, com características similares - no que compreende a forma do expressar - à Marcha das Vadias, que antecede essas manifestações.

² Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/33543>



Imagem da performance realizada no centro de São Paulo (2015). Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/11/manifestacao-contra-cunha-fecha-sentido-da-avenida-paulista.html>

Muitas cidades não fizeram apenas uma manifestação, mas organizaram-se constantemente. Algumas delas denominaram a movimentação contra Cunha como Marcha “Pílula fica, Cunha sai”, outras utilizaram o termo “ato”. Segundo Sônia Alvarez (2014), a própria predominância da modalidade “Marcha”, como evidenciada nas acepções da Marcha Mundial das Mulheres, Marcha das Vadias, Marcha das Mulheres Negras, Marcha das Margaridas, e muitas outras, reflete precisamente o predomínio desses meios massivos de comunicação e interação, estimulando o que Juris (2012:260) tem chamado de “lógica de agregação”.

Tem se difundido cada vez mais o termo de “Marcha” para movimentações de cunho feminista e de outros viéses como a Marcha da Maconha³, que pauta a legalização da maconha no Brasil e ocorre em várias capitais e cidades de médio porte. É interessante destacar que nos blogs e páginas de facebook dessas Marchas, uma boa parcela delas se auto-intitula autônoma, “trabalham de forma majoritariamente descentralizada” e são compostas por ativistas independentes ou apartidários.

³ No Brasil, a primeira edição da Marcha ocorreu no ano de 2008. O Coletivo Marcha da Maconha Brasil é um grupo de indivíduos e instituições que trabalham de forma majoritariamente descentralizada, com um núcleo-central que atua na manutenção do site marchadamaconha.org e do fórum de discussões a ele anexado. Apesar de existir tal núcleo, todo o trabalho é realizado de forma horizontal e coletiva entre uma rede de colaboradores, no qual os textos, artigos e todo tipo de trabalhos são compartilhados de acordo com as necessidades, disponibilidades e engajamento de cada um. Fonte: <http://blog.marchadamaconha.org/>

O conceito de autonomia é explorado nesta dissertação quando se retrata o feminismo institucional e o feminismo considerado autônomo, fazendo o esforço de mostrar as aproximações e distanciamentos entre eles na Marcha das Vadias de Campinas (São Paulo). A autonomia está presente em praticamente todas as falas das ativistas da Coletiva Vadia, coletiva que surgiu após a primeira edição da Marcha na cidade. Por meio de entrevistas, realizadas em julho de 2015, em ida a campo, pude compreender melhor como se dá a articulação da Marcha na cidade de Campinas, como se organiza a Coletiva Vadia, que surgiu após a primeira edição da manifestação.

Uma autonomia que é subjetiva, uma autonomia do corpo e é uma autonomia de instituições, uma autonomia de alguns lugares, que às vezes podem ser cerceadores de uma criatividade de luta, e é por isso que eu pessoalmente gosto dessas atuações feministas que são mais ação direta, que são mais horizontais, o que motiva muitas delas a tentar se articular com os movimentos/protestos/levantes tão expressivos no atual cenário político nacional, regional e internacional, e disputar esses espaços (ALVAREZ, p.38, 2014).

Nesse sentido, tendo em vista o objeto de análise proposto nesta dissertação, percebe-se características em comum entre a considerada *Primavera Feminista*, primeiramente por ser impulsionada via redes sociais e, por alcançar as ruas, posteriormente colocar o corpo feminino como principal questão a ser tratada e reivindicada. As articulações via redes sociais, não se restringiram apenas nas mobilizações contra o Projeto de Lei 5069/2013, impulsionado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Campanhas como #meuprimeiroassedio antecederam às manifestações de rua e mobilizaram jovens nas redes sociais a denunciarem assédios sofridos cotidianamente.

A jornalista brasileira Juliana de Faria, de 30 anos, que está há dois anos à frente do grupo Think Olga, espaço virtual para discutir questões femininas, impulsionou a campanha #primeiroassedio e o movimento *Chega de Fiu-Fiu*, que começou com uma pesquisa sobre as cantadas que as mulheres ouvem nas ruas. Das 8 mil entrevistadas, 99,6% relataram já ter passado por situações constrangedoras⁴, por assédios. Têm sido frequentes campanhas que combatem assédios sexuais, violência contra as mulheres.

⁴ Dados retirados da Revista Época. Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>

Cada vez mais a internet e as novas tecnologias tem se transformado em ferramentas de engajamentos espontâneos de adolescentes e mulheres.

Com isso, as formas de participação na política contemporânea vêm sofrendo modificações, não só no que diz respeito à pluralização dos atores/atrizes políticos, mas também no que se refere aos espaços onde tais processos são exercidos. As distâncias não são mais as mesmas, são redefinidas e transpostas, e o alcance de informação se acelerou. Nessa perspectiva, tanto a Marcha das Vadias, que antecede as mobilizações de 2015 no Brasil via redes sociais, quanto o movimento #ForaCunha oferecem pistas das representações e manifestações do feminismo contemporâneo.

Vale ressaltar que existem vários tipos de feminismos. Como todo movimento social, os feminismos também são perpassados por tensões internas, especialmente no que diz respeito à busca de unidade do sujeito político, ao projeto que os norteia e às dinâmicas para alcançá-lo. Trata-se de um campo heterogêneo, composto por diversas vertentes ideológicas, porém há uma matriz em comum entre elas: a luta por autonomia, emancipação feminina e o reconhecimento da mulher como sujeito político. Na presente dissertação, o feminismo em evidência é jovem, de classe média e universitário – características observadas na ida a campo e em demais referências, como a das sociólogas Bila Sorj e Carla Gomes (2014), que analisaram a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro.

De forma preliminar, o fato do feminismo em evidência ser de classe média e majoritariamente branco, dá vazão a críticas no que se refere à pluralização das mulheres na marcha, principalmente por parte das feministas negras, uma boa parcela delas não se sente contemplada com o movimento. Não que as mulheres negras sejam contra a marcha, a questão é mais conceitual, por exemplo, o nome do movimento causa tensões entre elas, devido ao fato de que há séculos as mulheres negras são reduzidas a objetos sexuais, à alcunha pejorativa de vadias.

Segundo Hemmings (2009), o feminismo negro é diretamente crítico do feminismo branco por não atentar às dinâmicas na relação entre raça, classe e gênero. Isto exige revisões do feminismo na contemporaneidade, pois as estruturas políticas e econômicas exibem alto grau de discriminação sexual e racial na forma em que está consolidada ainda entre mulheres. O recorte de raça não foi objeto de estudo desta dissertação, porém tenho dimensão dessa problemática e dos atuais desafios do feminismo em geral no que tange à questão.

Experiência de Pesquisa e Método

Embora a presente dissertação compreenda a análise da Marcha das Vadias de Campinas nos anos de 2014 e 2015, o meu contato com a Marcha deu-se em 2012 na cidade de Maringá, (Paraná), onde fazia parte do diretório central das/os estudantes da Universidade Estadual de Maringá, o qual impulsionou a realização da primeira Marcha das Vadias local. Estive na estruturação da manifestação, em seguida, na formação do Coletivo Maria Lacerda Moura, que surgiu após a primeira edição da Marcha. Foi, por meio dessa relação com o movimento feminista, através de coletivos feministas, que tomei consciência crítica da condição das mulheres na sociedade e da importância de movimentos organizados que pautam o fim das opressões, bem como através da graduação de Ciências Sociais que me proporcionou um senso crítico e uma aproximação com as teorias feministas principalmente as produzidas no Brasil e América Latina.

Escolhi a cidade de Campinas, principalmente, porque não há trabalhos sobre cidades menores, apenas sobre a Marcha em capitais do Brasil. Também pelo fato de existir um coletivo feminista consolidado pós Marcha das Vadias, a Coletiva Vadia. Em uma edição do Seminário Fazendo Gênero em 2013 (Florianópolis), tive contato com algumas integrantes da Coletiva Vadia de Campinas, e elas demonstraram receptividade quando comentei que pretendia estudar a Marcha em sua cidade. O diálogo foi mantido durante algum tempo. Passei a acompanhar a página da página da rede social da Marcha, o blog, no qual textos, manifestos e divulgações de atividades são postados com frequência, e, em 2015, estive na cidade para a realização do trabalho de campo.

Inicialmente, com base no conhecimento pessoal sobre movimentos feministas e em literatura acadêmica, pressupunha que tais coletivos feministas autônomos tinham características ideológicas de cunho anarquista, devido ao modelo auto gestor, não seguindo uma cartilha ou resoluções pré-estabelecidas dentre outras características. No decorrer da pesquisa, com leituras sobre feminismos autônomos na América Latina e com o acompanhamento via redes sociais, notei que havia uma dimensão conjuntural específica. A Marcha das Vadias tem como eixo principal a autonomia do corpo feminino e possui uma expressão performática nas vias públicas de fazer política. No campo, percebi que a maioria das atividades almeja mudar as relações cotidianas e tais mudanças se dão principalmente pela utilização do corpo como instrumento de luta. Ou seja, esse corpo politizado ocupa o espaço público de forma performática.

A presença desses temas, que não são novos para o movimento feminista, me trouxe indagações: Que corpo é esse? Qual é o impacto desses corpos na cidade? O que as *vadias* estão fazendo nas ruas? A Marcha é uma articulação? Um movimento? A questão geracional me chamou atenção também. A agenda política feminista não mudou tanto nos últimos 20 ou 30 anos – direitos reprodutivos, autonomia pelo corpo, maternidade voluntária, salários iguais entre homens e mulheres para o mesmo trabalho e combate à violência contra a mulher (GONÇALVES; PINTO, 2011).

Por meio de relatos em minha ida a campo, percebi a importância desses coletivos autônomos para a constituição de mulheres como sujeitos políticos individuais e coletivos. Nesse sentido, as integrantes da *Coletiva Vadia*, que surgiu após a primeira Marcha das Vadias de Campinas, foram as minhas principais fontes. Segundo elas, após a primeira marcha houve uma reunião com cerca de cinquenta mulheres na qual discutiu-se a necessidade de organizarem-se de forma autônoma. As reuniões aconteceram em Barão Geraldo, nos arredores da Unicamp. O coletivo ainda se reúne nesse local e possui cerca de dez mulheres ativas e que impulsionam as atividades. Não há critérios fixos para participar da Coletiva, porém é necessário se considerar feminista, ser mulher e ter afinidades ideológicas com as participantes já envolvidas.

Deste modo, como pontua Behar (1995), “Somos observadores vulneráveis, no sentido em que pesquisamos temas com os quais nos identificamos de alguma forma, temas que nos afetam subjetivamente, sem que com isso nos tornemos militantes da causa” (BEHAR, p.5, 1995). A produção acadêmica não está imune de juízo de valor (CAMARGO, 2010), mas, ao pesquisar a Marcha das Vadias, estive em uma estranha posição devido ao fato de ter composto a organização de duas Marchas: uma em 2012, outra em 2013.

Devido a isso, me propus a pesquisar a Marcha de Campinas, por dois principais motivos: 1) A maioria das pesquisas sobre a Marcha das Vadias é sobre capitais, grandes centros. Há poucas pesquisas de cidades de médio ou pequeno porte que possuem coletivos organizadores da Marcha; 2) Em uma edição do Seminário Fazendo Gênero em 2013 (Florianópolis), tive contato com algumas integrantes da Coletiva Vadia de Campinas, e elas demonstraram receptividade quando comentei que pretendia estudar a Marcha das Vadias. Assim fui estreitando os laços, o diálogo foi mantido durante algum tempo. Passei a acompanhar a página da rede social da Marcha, o blog, no qual textos, manifestos e divulgações de atividades são postados com frequência, e, em 2015, estive na cidade para a realização do trabalho de campo. 3) Por realizar um

distanciamento importante à análise, uma vez que a Marcha de Maringá (minha cidade de origem) e a de Brasília (cidade em que atualmente resido) seriam muito próximas.

É interessante salientar algumas características sócio-demográficas da cidade de Campinas. É uma cidade com porte de metrópole, localizada a 96 km de São Paulo, consolidada como um dos maiores polos de ciência e tecnologia. De acordo com dados da ONU, a cidade representa um dos maiores centros universitários do Brasil, com cerca de 89 mil alunos matriculados no ensino superior. Segundo dados da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, o pólo de C&T da cidade é responsável por 15% das intenções de investimentos no Estado de São Paulo.

Para cumprir com os objetivos propostos nesta dissertação, propus uma pesquisa qualitativa subdividida em dimensões complementares, análise de dados levantados via redes sociais, sondagem, e dados colhidos em campo através de entrevistas com ativistas da Marcha das Vadias de Campinas, também “in locu”, no momento da Marcha em si, mesmo que não tenha tido em 2015, mas aproveitei de outras participações que tive em Marchas, bem como acompanhei suas principais atividades na página do facebook e blog. É por meio de tais redes que a Coletiva Vadia vive e atua, certamente interagindo com a ocupação do espaço urbano através das manifestações de rua, como a Marcha das Vadias, dentre outras atividades ligadas à luta das mulheres, como o “oito de março”, considerado dia internacional da mulher.

As redes de comunicação digital tornam-se um componente indispensável na prática e organização, enquanto um território simbólico e virtual. Utilizei a concepção de territórios midiáticos, e não de espaços midiáticos, pois os territórios “são permeados de relações de poder e de processos de subjetivação que caracterizam suas experiências e suas produções” (Takara, 2013, p. 22). Já os espaços se limitam a ser o lugar onde ocorrem ações e situações, sem considerar seu caráter político. A internet, certamente, ganha o status de território midiático na medida em que também se populariza e se torna cenário em que ocorrem as relações de poder. Busquei traçar uma contextualização teórica resgatando parte da vasta literatura sobre movimentos feministas, em especial no que tange à discussão do corpo feminino.

Como método de procedimento, fiz contato e conversei em julho de 2015 na cidade de Campinas, na Universidade de Campinas, com integrantes da Coletiva Vadia sobre o assunto em estudo, reconhecendo, porém, que esse procedimento possui limites que precisam ser superados através de outros métodos e técnicas de pesquisa. Busquei perceber sensações, valores, comportamentos e práticas por meio do discurso das

ativistas, principalmente no que diz respeito de suas ações, na forma como o corpo feminino é colocado em marcha. Vale ressaltar que utilizo as fotografias como recursos que auxiliam na compreensão dos assuntos discutidos no texto, retiradas da página do facebook da Marcha das Vadias de Campinas e do blog da marcha.

Selecionei seis ativistas para a entrevista, quatro ligadas à Coletiva Vadia e duas independentes, uma que compõe a Marcha de Campinas sem estar ligada a algum tipo de organização, e outra, que é ligada ao Coletivo feminista Pão & Rosas que possui militantes na Cidade de Campinas, porém, não compõe a Marcha das Vadias. As duas ativistas independentes, considere interessante inseri-las devido ao fato de comporem coletivos que organizam e pautam questões em que muitas vezes não estão presentes nas Marchas das Vadias, como a terceirização do trabalho feminino, o direito a creches dentro das Universidades Federais, e também pela boa expressão nacionalmente que o Pão & Rosas tem, tendo em vista que estão consolidadas no Brasil e em outros países da América Latina, como a Argentina. No decorrer da dissertação, optei por usar nomes fictícios para preservar o anonimato da identidade das mulheres que acompanhei e conversei.

O critério de seleção no que diz respeito às ativistas da Coletiva Vadia baseou-se no tempo em que estas estão ligadas à coletiva, ou a outras organizações feministas, e a seus papéis na coletiva. Já as outras duas feministas, que não compõem a coletiva, cheguei até a primeira através de contatos com feministas não organizadas em coletivos feministas, essa ativista não constrói a Marcha das Vadias, porém, não abre mão de participar ativamente, via redes sociais e nas ruas, durante a manifestação da Marcha. Já a outra me intrigou o fato dela fazer parte de um coletivo de cunho feminista que se nega a construir e apoiar a Marcha das Vadias. Por isto, considere interessante saber quais são suas principais críticas, enquanto feminista e do coletivo do qual faz parte. A principal crítica está embasada no fato de que “A Marcha, apesar de parecer ter um caráter plural, ela acaba atingindo um público muito específico, universitárias, classe média. Não consegue ter um diálogo maior com variados setores de mulheres”, segundo a ativista.

Das seis mulheres que tive contato, pude perceber pontos em comum entre elas: todas possuem entre 21 a 28 anos, são universitárias ou já foram, algumas são mestrandas ou doutorandas, que trabalham, em suas pesquisas, questões relacionadas a gênero e movimentos feministas. Outro ponto de convergência é que todas antes do contato com a Marcha das Vadias fizeram parte de coletivos universitários feminista.

Para coleta de informações optei pela realização de entrevista semi-estruturada, por considerar que permite uma certa organização dos questionamentos, ao mesmo tempo em que pode ser ampliada à medida em que as informações vão sendo fornecidas. O roteiro para entrevista – em anexo, foi elaborado focando principalmente três eixos: 1) A participação na Marcha, identificação com a mesma, opiniões, trajetória na construção das Marchas ou em outros movimentos de cunho feminista; 2) O corpo em Marcha, o que significa esse corpo, e 3) As redes sociais, como são utilizadas tais ferramentas.

No que diz respeito ao campo, não encontrei resistência por parte das ativistas em marcar as conversas informais, e tais conversas deram-se de forma tranquila, não houve resistência, algumas dentro da Universidade de Campinas, outras em cafés perto da universidade. Não foi possível acompanhar a marcha em curso devido ao fato de que, no ano de 2015, não houve edição da Marcha, porém, houve outras articulações impulsionadas pela Coletiva Vadia como a manifestação do oito de março – dia internacional da mulher, como é citado no decorrer da dissertação. Em campo, percebi que a Marcha das Vadias estende-se de um evento único para debates, palestras, divulgação, festas, seminários, protestos, entre outros em diferentes meses do ano. Acompanhei as postagens na página de facebook e blog durante o ano de 2014 a novembro de 2015, tendo como foco analisar quais os temas mais discutidos, as principais atividades impulsionadas e seus posicionamentos perante as questões de gênero surgidas nesse período.

O ambiente universitário para essas mulheres foi um ambiente de construção de uma consciência crítica no que diz respeito à ordem patriarcal e de primeiros contatos com um ativismo feminista através da organização de coletivos, grupos de estudos, dentre outras formas dentro da universidade.

Apresentação dos capítulos

De forma esquemática, este trabalho está estruturado em três capítulos: A Marcha das Vadias de Campinas; Um olhar sobre o corpo; Movimentos sociais e ciberativismo. Internamente, cada um deles está dividido em seções. Na primeira seção de cada um dos capítulos, realizo uma discussão conceitual sobre o tema em questão, atento-me para suas relações com a Marcha das Vadias. As seguintes correspondem, cada uma delas, à relação do corpo seja na cidade, seja no movimento feminista ou no ciberativismo. Por fim, são apresentadas Considerações Finais.

Chamo atenção para o capítulo referente ao corpo. Este capítulo está dividido em quatro seções: na primeira, realizo um resgate descritivo do corpo e da sexualidade feminina, especificamente na Marcha das Vadias de Campinas. Já na segunda seção, busquei relacionar o corpo com a cidade e o impacto deste no espaço urbano. Na terceira seção, fiz uma discussão sobre o direito à cidade, a relação das manifestações feministas na cidade e a falta de segurança da mesma. Na última seção, intitulada de *O corpo em marcha*, analisei como a experiência urbana se inscreve nos corpos ao mesmo tempo em que os corpos ficam inscritos nas cidades.

Na finalização de cada capítulo, busquei lançar alguns apontamentos sobre a importância em relacionar a retomada do corpo no movimento feminista, lembrando que o corpo sempre esteve presente nas manifestações feministas.

O capítulo 3 tem como foco o impacto das redes sociais na difusão da ação coletiva nos movimentos sociais. Inicia-se com uma discussão sobre o que são as relações dos movimentos com a internet, como se dá essa relação e as articulações. A partir daí, refleti sobre a relação do ativismo na Marcha, quais são as principais discussões feitas e como se dão essas discussões, na seção intitulada de 3.1 *O ativismo nas redes sociais: O que elas discutem?* Na última seção desse capítulo, são tratados os dois principais temas que tiveram visibilidade de novembro de 2014 a novembro de 2015 na página de facebook da Marcha de Campinas: *Aborto e “Ideologia de gênero: Antigas e novas pautas do feminismo*.

Por fim, nas Considerações Finais, realizei uma reflexão de como o corpo feminino pode ser compreendido na Marcha das Vadias e como esta abordagem, por meio do evento em Campinas, pode contribuir para uma análise de expressões de movimentos feministas contemporâneos.

*Por que sou levada a escrever?
Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta.
Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito
de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que
crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No
escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para
poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus
apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros
apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas
sobre mim, sobre você (Anzaldúa, Glória).*

1. O feminismo no Brasil em “Marcha”

Denominada originalmente de *SlutWalk*, a Marcha das Vadias articula, por meio de redes sociais, uma expressão feminista que luta contra as desigualdades e, principalmente, contra o abuso sexual das mulheres. Iniciada em 3 de abril de 2011, na cidade de Toronto, Canadá, como resposta coletiva à afirmação feita por um policial de que mulheres vestidas como vadias são responsáveis pela própria vitimização em ataques sexuais (KWAN, 2011), hoje a Marcha já atingiu muitos países. Um dos seus objetivos é adotar o conceito de “vadia” para se opor ao estereótipo de culpa que recai sobre mulheres agredidas em função da exposição do seu corpo ou da sua sexualidade, defendendo o direito de autonomia delas.

Em uma Conferência sobre segurança na Faculdade de Direito da Universidade de York, Canadá, Constable Michael Sanguinetti recomendou que “as mulheres não deveriam vestir-se como vagabundas, pois isso evitaria serem vítimas de estupro”. Em seguida, como resposta as palavras do policial, Sonya Barnett, que havia estudado na Universidade de York e Heather Jarvis, estudante da Univesidade de Guelph, juntamente com Alyssa Teekah e Jeanette Janzen organizaram a primeira *Slutwalk*, a manifestação teve início às 13h30 no Queen’s Park e terminou em frente ao quartel da polícia⁵. Segundo Barnett, a primeira manifestação “foi um sucesso, bastante pacífica. Havia desde crianças a estudantes, profissionais do sexo, travestis e ativistas”.

“Vadia” significa mulher desocupada ou que não quer se ocupar, que anda ociosamente de um lugar para outro. Esse termo é usado para adjetivar negativamente uma mulher, principalmente aquelas que circulam pelo espaço público e apresentam práticas sexuais livres. Recorrendo ao termo “vadia” de forma subversiva, a Marcha das Vadias desconstrói a conceituação tradicional e negativa de vadia, mostrando não passar de uma estratégia moralmente controladora que impera sobre os corpos, as vidas e as escolhas de cada mulher, causando maior dualidade entre homens e mulheres. Batista (2012) relata que:

A ideia central da Marcha era a de que a mulher tem o direito de se vestir e se portar da maneira que lhe agrada, sem que isso se torne abono para atos de violência como o estupro. Antes de se popularizar

⁵ Dados retirados do site <http://feministing.com/2011/04/16/the-feministing-five-sonya-barnett-and-heather-jarvis/> Tradução feita por mim.

no Brasil, a manifestação pública reuniu ativistas feministas em várias importantes cidades ao redor do planeta como Toronto (Canadá), Los Angeles e Chicago (EUA), Buenos Aires (Argentina), Amsterdã (Holanda) e, em cada uma dessas edições, agregou à sua pauta manifestações de interesse específico de cada país. (Batista, p.2, 2012).

Foto 1 - 1º SlutWalk do mundo em Toronto – Canadá (2011). Fonte: <https://marchavadiascampinas.milharal.org/>



A figura 1 retrata a primeira *SlutWalk*, mulheres e homens carregam em sua caminhada cartazes que questionam ou dão ênfase ao termo vadia, além de exaltarem o termo com o uso do conceito de '*Slut pride*', o que seria: “vadia com orgulho”. O deboche e a ironia estão presentes nas Marchas, a descaracterização da representação sobre feministas feias, mal humoradas, como ressalta Verônica Ferreira (1996):

A imagem da feminista masculinizada e agressiva que circula no senso comum, designada no início do século e consolidada ao longo do tempo, amedrontava e amedronta as próprias mulheres, emancipadas ou não, pobres e ricas. [...] As imagens deturpadas do feminismo, veiculadas tanto pelos meios de comunicação de massa quanto pela imprensa alternativa, semearam esse medo e essa rejeição à figura da feminista no imaginário popular de diferentes formas. Além da imagem da feminista como feia, masculinizada e feroz, que podemos considerar incorporada ao folclore brasileiro, outra imagem: a feminista "perua", a mulher emancipada que só quer exibir o corpo e pregar a liberdade sexual (Ferreira, 1996, p. 182).

Essas imagens negativas das feministas, propagadas na década de 1970 e 1980, instituíam uma rejeição por parte de muitas mulheres e da sociedade ao feminismo. O trabalho de desconstrução dessas imagens e de elaboração de outra, nova e positiva, foi

uma tarefa a que se propuseram revistas feministas de décadas posteriores. As Marchas das Vadias buscam desconstruir essa imagem também.

O primeiro contato que tive com a Marcha das Vadias foi em 2012, quando morava no Paraná e fazia graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Maringá. Na faculdade, fazia parte do grupo de estudos feministas que era composto por diversas estudantes de variados cursos. Além disso, integrava o Diretório Central dos Estudantes, o qual sempre realizava atividades de cunho feministas como exposições de filmes, seguidos de discussões sobre a importância das mulheres em revoluções, processos históricos e da censura a isso durante décadas. Discutíamos a importância de espaços auto-gestionados de mulheres dentro da universidade que tratassem de machismo, violências dentro do campus, lesbofobia e etc. Realizávamos cursos de formação feminista com professoras e militantes da instituição e de outras instituições e, quinzenalmente, nos reuníamos para discutir textos relacionados a gênero e teorias feministas. Tais atividades eram impulsionadas principalmente pelas estudantes com apoio de algumas professoras.

Nesse ambiente, foi sugerido por algumas alunas do curso de Comunicação Social que fosse organizada uma Marcha na cidade. No dia 10 de junho de 2012, aconteceu a primeira Marcha das Vadias em Maringá, uma cidade de, aproximadamente, 500 mil habitantes, onde não havia manifestações de rua de caráter feminista. Conseguimos reunir cerca de 500 pessoas em um domingo à tarde. Organizada por estudantes, setoriais de mulheres de partidos políticos, por coletivos autônomos de cunho anarquista, por homens e mulheres em sua maioria brancos, universitárias/os, a Marcha contou com uma performance feita por alunas do curso de Artes Cênicas e se encerrou com festival de bandas de mulheres.

Figura 2 - Folder de divulgação da 1ª Marcha das Vadias de Maringá (2012). Disponível no blog: <http://marchadasvadiasmga.blogspot.com.br/>



Esse folder de divulgação traz algumas frases que dizem respeito à intencionalidade da Marcha, como: ser contra o machismo; igualdade de direitos; pelo fim da violência contra a mulher, dentre outras, que estão relacionadas a assédios sexuais que muitas mulheres sofrem. A imagem de uma mulher se despindo de uma ‘capa’ talvez faça referência ao fato da mulher ser reduzida a um objeto estético e sexual. Afinal, a seguinte frase alude a isso “sou humana e não um pedaço de carne”.

A intenção era denunciar descasos a respeito de violência contra mulheres. Elaboramos, eu e as demais organizadoras do evento, um manifesto cujo enfoque era a definição dos aspectos que não poderiam deixar de ser inseridos em nossa pauta: quais os maiores problemas conjunturais de Maringá no que diz respeito às mulheres e como iríamos abarcar todas as demandas das mulheres.

Nossa cidade é conhecida como “cidade modelo”, cidade sem pobreza (favela), sem violência. Quando a mídia nos reforça a pergunta “mas por que em Maringá”, questionamos: por que NÃO em Maringá? Será que aqui não tem violência de gênero, doméstica, sexual, moral, etc? Aqui não há **machismo**?

Maringá não está em uma bolha e isenta de todos os problemas que assolam o mundo. A luta de classes, a exploração e a opressão estão presentes em qualquer ponto do globo. Mas em nossa cidade, que tenta transparecer uma perfeição hipócrita, o que acontece é a ocultação de casos na qual nós, mulheres, somos vítimas cotidianas.

Como podemos esquecer-nos da menina Márcia, estuprada e morta por um criminoso com nome de Natanael Búfalo? Como podemos fechar os olhos aos constantes casos de estupro e agressões que aparecem na televisão e são tratados de forma tão leviana?

Sabemos que neste momento há um homem em Maringá a qual já fez sete vítimas mulheres, todas prostitutas. Por que isso não é divulgado? De certo, o ideal é esconder os cadáveres do que assumir que Maringá, a cidade com o maior símbolo religioso da América Latina (Catedral) tenha tantas prostitutas para já terem sido mortas SETE e nada tenha sido feito ou dito até agora.

Por isso nós, mulheres de Maringá e região, marchamos!

Para que sejamos todas e todos respeitadas (os) sempre. Pela penalização e extermínio de todos os tipos de violência seja ela física, institucional, moral, psicológica, sexual, doméstica, por negligência e de gênero. Porque toda e qualquer violência é por si só ilegítima.

Marchamos por políticas públicas e leis efetivas, pela igualdade material no plano da realidade cotidiana. Nós, maringaenses, possuímos uma delegacia especializada, uma Vara especializada, e até mesmo uma secretaria para Políticas Públicas voltadas à Mulher. Mas onde estão os dados das violências sofridas?

Marchamos pela Transparência dos atos públicos e de interesse da comunidade; contra toda a corrupção que inviabiliza o acesso a direitos fundamentais, como educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, o acesso a informação, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma do art. 6 da nossa Constituição. Porque somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza!

Marchamos para que as denúncias de violência possam ser feitas com respaldo psicológico às vítimas e preparo dos agentes que as atendem, para que não haja humilhação e sofrimento às mulheres ao denunciar.

Marchamos para que seja feito registros nos órgãos de saúde das lesões corporais sofridas e suas causas, pelo acompanhamento da vítima (Marcha das Vadias de Maringá, 2012)⁶.

No manifesto, casos de violência sexual são denunciados e a forma pela qual as políticas públicas os tratam são representados como insuficientes. A questão da segurança das mulheres é colocada em destaque visto que havia, no contexto, o perigo de circularem sozinhas à noite e a vulnerabilidade de serem estupradas pelo fato de serem mulheres e ocuparem espaços públicos. A ocultação dos casos de violência sofrida por mulheres, travestis, transparecem a ideia de uma cidade segura, imune a violências.

⁶ Retirado do Manifesto Marcha das Vadias de Maringá. <http://marchadasvadiasmga.blogspot.com.br/>

Após essa primeira edição da Marcha, houve a criação de um coletivo feminista, intitulado de “Coletivo Maria Lacerda”. Articulado com outros coletivos resultantes de Marchas das cidades de Londrina (PR), Ponta Grossa (PR) e Curitiba (PR), os coletivos participaram de reuniões, organizaram documentos que denunciavam a fragilidade das políticas públicas voltada às mulheres no Paraná, o que desencadeou reuniões no Ministério Público para discutir tais fatos. Foi criada uma rede de troca de informações entre essas quatro cidades no que diz respeito à efetividade das políticas públicas voltadas às mulheres, como a Delegacia da Mulher, os Centros de Referência, e a partir dessas informações criamos um documento que denunciava as debilidades das políticas, apresentado ao Ministério Público. Os coletivos participaram também de reuniões com delegadas do Paraná que discutiam a efetividade dos trabalhos feitos nas Delegacias da Mulher.

O meu envolvimento e interesse pela Marcha das Vadias surgiu a partir desse processo. Da aproximação que tive com as questões relacionadas à violência contra mulher na cidade de Maringá e também no estado do Paraná, percebi que havia pertinência na proposta da Marcha das Vadias em questionar a efetividade das leis voltadas para as mulheres, de dar visibilidade aos casos de violência e estupro ocorridos na cidade. Sendo parte dos movimentos, vi as tensões, divergências e ações da Marcha das Vadias da cidade de Maringá, porém o meu ingresso no programa de mestrado em Sociologia na Universidade de Brasília em 2014 fez com que me distanciasse do movimento e buscasse compreender como se organizam outras Marchas, principalmente a de Campinas, São Paulo.

A Marcha já foi realizada nos Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Grã-Bretanha, Holanda, Suécia, Argentina, Índia, dentre outros países. No Brasil, a primeira edição aconteceu em São Paulo, dia 4 de junho de 2011 e contou com cerca de 300 participantes, segundo estimativa da Polícia Militar, das seis mil que confirmaram presença por meio de uma rede social (SASSAKI, 2011). Logo em seguida, aconteceu a Marcha em Brasília, no dia 16 de junho de 2011. Mais de mil participantes estiveram presentes, de um total não conhecido de pessoas dispostas a participar (MAZENOTTI, 2011). Em 2012, o contingente de cidades brasileiras que aderiram ao movimento aumentou, não apenas nas capitais, mas também alcançando cidades interioranas. Trinta e cinco cidades tiveram, pelo menos, uma edição da Marcha das Vadias, segundo Diana Helene (2013).

Em algumas cidades, as marchas tomaram dimensões muito maiores. A Marcha das Vadias de Campinas (terceira maior cidade do estado de São Paulo), por exemplo, alcançou um significado expressivo devido aos numerosos casos de estupro no distrito de Barão Geraldo, onde localiza-se a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Nesse caso, além da divulgação via internet, a Marcha estabeleceu um “comitê” de organização do protesto, que agregou diversos coletivos: de feministas, de assistência jurídica popular, de anarquistas, de rádios livres, de cyberfeminismo e militantes organizadas em partidos políticos.

As sociólogas Bila Sorj e Carla Gomes (2014), ao analisarem a Marcha das Vadias em *Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil*, afirmam que na sociedade brasileira há suspeitas de que o movimento feminista tenha desaparecido. As autoras afastam esta suspeita, apresentando argumentos favoráveis à Marcha das Vadias. Os argumentos apontam a diversidade e inclusão de gênero, raça, sexualidade e gerações em sua organização e nos debates que incitam.

As autoras apoiam-se em pesquisa conduzida pela Fundação Perseu Abramo, que mostra o aumento de 2001 a 2010 de 21% para 31% no contingente de brasileiras autoconsideradas feministas. Por meio da pesquisa, metade das mulheres, que se consideram ou não feministas, tem visão positiva do feminismo, identificando-o com a luta por igualdade de direitos em geral (27%), por liberdade e independência das mulheres (26%) e por direitos iguais no mercado de trabalho (7%). As mulheres jovens são as que mais se declaram feministas (Perseu Abramo, 2010). Apesar de o foco deste trabalho não ser a discussão intergeracional no feminismo brasileiro, é interessante observar que há um protagonismo jovem na Marcha das Vadias (Zanetti, 2009), (Melo, 2008).

Outra evidência destaca existência do movimento feminista no Brasil, como a Marcha Mundial das Mulheres, aparentemente ligada a setoriais de partidos políticos, nascida no ano 2000 como uma grande mobilização e reunindo mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência no país. As ações começaram no 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e terminaram em 17 de outubro, organizadas a partir do chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”. Segundo o site oficial da Marcha Mundial das Mulheres, a mesma se inspirou na manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo simbolicamente “Pão e Rosas”. “A ação marcou a

retomada das mobilizações das mulheres nas ruas, fazendo uma crítica contundente ao sistema capitalista como um todo. Ao seu final, diversas conquistas foram alcançadas, como o aumento do salário mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária⁷.”

Embora o foco de análise aqui não seja a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), cabe observar que essa articulação tem como base a organização das mulheres urbanas e rurais a partir de alianças com movimentos sociais e de um amplo diálogo com o Estado. Segundo Mirla Cisne (2014) a direção nacional da MMM, apresenta em sua composição pessoas vinculadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT), à Confederação Nacional de Agricultores (Contag), à Sempre Viva Organização Feminista (SOF), ao Centro Feminista 8 de março (CF8M) e à Consulta Popular, ou seja a base de sua organização é composto por associações ligadas a partidos políticos, como a CUT ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT), e também por coletivos independentes.

A Marcha se define como um movimento social. Os campos de atuação prioritários da Marcha Mundial, segundo Cisne (2014), são:

Autonomia econômica para as mulheres no sentido de conseguirem garantir o próprio sustento e terem acesso à previdência e serviços públicos; bem comum e serviços públicos: diz respeito à garantia ao acesso aos bens comuns vitais como comida, água, terra, moradia, conhecimento e aos serviços públicos (educação, saúde, energia etc); paz e desmilitarização; luta contra a violência sexista e a apropriação do corpo das mulheres que ocorre de forma comum em contexto de guerra e a luta contra a violência às mulheres (CISNE, p.168, 2014).

Algumas autoras, dentre elas, as cientistas políticas Simone R. Bohn (2010) e Lúcia Avelar (2013) denominam movimentos que adotam tais práticas de ação como as da MMM, por feminismo de Estado. Isso, aparentemente, diferencia a “Marcha Mundial de Mulheres” da “Marcha das Vadias” que, por sua vez, dá indícios de ser um movimento mais urbano, composto majoritariamente por universitárias. No que diz respeito à relação das Marchas das Vadias com o Estado, a relação parece ser de afastamento em um primeiro momento. Após conversas com ativistas da Marcha das Vadias de Campinas, percebi que há, em alguns momentos, abertura por parte do grupo em dialogar com o Estado, principalmente no que diz respeito às políticas públicas

⁷Retirado do site da Marcha Mundial das Mulheres: <https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>

voltadas para as mulheres. Voltarei a isso mais adiante, na seção sobre a Marcha das Vadias de Campinas.

Em pesquisa⁸ realizada na cidade do Rio de Janeiro por Leo Name e Julia P. Zanetti (2012), na qual 102 participantes da Marcha das Vadias responderam a um questionário aplicado por graduandas/os da Pontifícia Universidade Católica (Puc-Rio)⁹, é possível ter noção de quem são essas/es participantes das Marchas. A presença foi predominante de jovens mulheres: 66% deles/as tinham entre 15 e 29 anos e 68% eram do sexo feminino. Outras características relevantes dos/as respondentes: A maioria heterossexuais (67%), solteiros/as (83%), com ensino superior completo ou incompleto (89%), que estudam (70%) e trabalham (63%). No que se refere à cor/raça, pode-se dizer que nessa amostragem havia distribuição semelhante a encontrada no último censo do IBGE: 49% se declararam negros/as (pretos/as ou pardos/as) e 48% brancos/as. Perguntados/as se moravam ou já haviam morado em favela, somente 16% afirmaram que sim. Por fim, 64% possuíam renda domiciliar total acima de R\$ 3.000,00 reais. No conjunto, tais dados quantitativos parecem apontar para um estatuto de classe média/alta da maioria, de mulheres e homens com um capital cultural¹⁰ elevado, tendo em vista o fato da maioria possuir ensino superior e a esmagadora parcela nunca residiu em favelas.

A ressignificação do termo “vadia” exige um capital cultural que diz respeito à consciência da trajetória de luta das mulheres e às limitações aos seus direitos. Exige ainda conhecimento, muitas vezes pouco acessível, da história das *SlutWalks* iniciada no Canadá.

Os dados quantitativos da mesma pesquisa apontam para o fato de 41% dos/as respondentes afirmarem não participar de nenhum grupo, organização, instituição ou movimento de cunho político. Sobre esse aspecto, vale ressaltar que o blog da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro descreve o movimento como “manifestação plural, autônoma e independente de qualquer outro movimento social organizado, partido político, sindicato ou instituição governamental”, passando a ideia de que as pessoas,

⁸Dados retirados PUC-Rio/Ibase (2012).

⁹Os questionários foram aplicados pelos graduandos em Geografia da PUC-Rio.

¹⁰ Capital cultural é uma expressão cunhada e utilizada por Bourdieu (1986) para analisar as situações de classe na sociedade. De certa forma o capital cultural serve para caracterizar subculturas de classe ou de setores de classe. Com efeito, uma grande parte da obra de Bourdieu é dedicada à descrição da cultura – num sentido amplo de gostos, estilos, valores, estruturas psicológicas, etc. – que decorre das condições de vida específicas das diferentes classes, moldando suas características e contribuindo para distinguir. (Silva, 1995).

tanto no momento da manifestação quanto na sua organização, estariam ali sem representar instituições ou coletivos formalizados, associações juridicamente constituídas, ONGs, etc.

A emergência de feminismos denominados autônomos tem sido grande na América Latina. Segundo Jules Falquet (2014), no início dos anos 1990, apareceu a corrente do feminismo autodenominada autônoma. Essa corrente nasce após a queda do Muro de Berlim junto ao crescimento do mercado neoliberal e tem como característica o fato de ser composta por uma maioria de mulheres lésbicas. Grande parte das dirigentes do feminismo ‘hegemônico’ era heterossexual, branca e de condições sócio-econômicas mais favorecidas. Com isso, negras, lésbicas e mulheres pobres ficavam de fora das articulações e discussões. Foram inspiradas por Chela Sandoval (1991), Margarita Pisano (2004), Franscesca Gargallo (2007), dentre outras consideradas radicais por se proporem a dar visibilidade a mulheres não levadas em conta pelo feminismo ‘hegemônico’.

1.1 Feminismo autônomo e feminismo de Estado: aproximações e distanciamentos com a Marcha das Vadias

A questão da autonomia – organizacional, ideológica e financeira - foi em um primeiro momento discutida nos partidos de esquerda, de onde provêm muitas militantes, e depois relacionando com o Estado e as intuições internacionais passou a ser altamente discutido no movimento de mulheres e feministas (FISCHER, 2005; GARGALLO, 2004). A partir de então, coletivos feministas não formalizados, passaram a se intitular autônomos por visualizarem características em sua forma de organização, que não tem como bases diretrizes, resoluções, ou seja, uma organização burocrática. Para muitas integrantes da Marcha das Vadias, o feminismo realizado por elas, tem traços de autonomia. Segundo uma das ativistas da Coletiva Vadia:

A gente tentou se distanciar ao máximo de organização burocratizada tudo que identificamos como burocratizador tiramos. Nos organizamos de formas horizontais (...) A nossa maior preocupação é a transformação das relações cotidianas, nosso impacto a gente vê como local, não tentamos fazer coisas megalomânicas de revolução socialistas, tentamos mudar nosso cotidiano, para chegar em uma mudança cultural que é o que entendemos como feminismo (...)A transformação está no seu cotidiano, se você mudar a sua forma de ver o mundo e suas relações pessoais e a potência das relações entre duas pessoas que seja você podem conversar

sobre as coisas que te incomoda, que te oprime que isso já é um debate feminista, não precisa participar de um grupo, ser organizada para que você seja feminista. (Entrevista Bruna, 2015).

O feminismo autônomo é pouco documentado. Falquet (2014) relata que a maioria dos documentos a seu respeito é composta por relatos individuais de ativistas. Aparentemente, no Brasil, existe um feminismo autônomo desconhecido, de menor visibilidade que outros feminismos, principalmente aquele que tem ligação direta com o Estado. Para melhor compreensão do feminismo autônomo é interessante elencar os itens que caracterizam a Marcha das Vadias ora com atuação similar à das feministas autônomas, ora com abertura de diálogo com Estado:

- Financiamento: As feministas autônomas não contam com ajuda de instituições, não há um financiamento para atuação, manutenção das atividades, de cursos de formação. Os recursos financeiros são extraídos através da realização de festas de caráter feminista, como é o caso da Marcha das Vadias de Campinas. Segundo organizadoras, toda a renda para concretização da Marcha é tirada da “Buteca feminista”¹¹;
- Representatividade: Não há vinculação com partidos políticos.
- Dinâmica institucional: forma horizontalizada de organização, estrutura organizativa que não possui um centro de decisão.

Tais pontos de autonomia foram intitulados por Telma Gurgel (2004) de *Trimônio esclarecedor* (financeiro, institucionalização e representatividade). Na década de 1990, começou-se a questionar a autonomia dos movimentos feministas devido ao financiamento de ações feministas por programas institucionais ou de cooperação internacional no Brasil e na América Latina em geral. Esse tem sido o eixo de crítica do feminismo autônomo (Gurgel, 2004, p.98). Segundo o Relatório do VII Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, de 1999:

[...] A autonomia não é apenas autogestão financeira, nossa posição crítica aos financiamentos, é enquanto prática social, quanto ao conteúdo, quanto às propostas que se subordinam aos financiamentos e os agentes financiadores [...] através das formas como se tem manejado os financiamentos das ONGs, instalou uma relação utilitária do movimento feminista [...] quando se negocia nossas pobreza, nossa situação de mulheres, com o Banco Mundial, com os governos,

¹¹ Evento realizado em um bar no bairro de Barão Geraldo, Campinas, perto da UNICAMP, onde é cobrada entrada. Relatos colhidos no campo, em julho de 2015, afirmam que essa festa tem alcance muito grande, principalmente, de universitárias/os da cidade.

com os ditadores e repressores. Isto tem significado suplantar os movimentos, em concreto o movimento feminista e o de mulheres. (Relatório do VII Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, República Dominicana, 1999: 25).

Por meio desse relatório, fica evidente a crítica do feminismo autônomo ao considerado feminismo de Estado, que reconhece o Estado como um interlocutor, como agente de política pública que deve atuar na luta das mulheres. Esse feminismo é definido como “as atividades de feministas e femocratas nos governos e administrações” ou como o feminismo institucionalizado em agências públicas, ou ainda como a capacidade do Estado em responder às demandas das agências feministas, ou simplesmente como a *advocacy* dos movimentos de mulheres no âmbito do Estado (Lovenduski, 2005). Redes de *advocacy* tiveram importante atuação no período da Reforma Constitucional e se mantiveram nos novos espaços abertos pelos governos democráticos. Nas palavras de Rangel (2012)

As mulheres tiveram sucesso em transitar por distintos espaços e influenciar decisões nos três poderes... por meio do novo patamar institucional de intermediação entre Estado e sociedade e de representação nas formas de participação...tornando mais claras as relações entre representação substantiva e descritiva das mulheres e o impacto dos movimentos feministas sobre as políticas.

Movimentos feministas, como AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras), UMB (União Brasileira de Mulheres) e MMM (Marcha Mundial de Mulheres), são organizações formal e juridicamente estabelecidas em todo o território nacional e articulam suas agendas políticas com o Estado, porém não se limitam a isso. A cientista política Lúcia Avelar afirma que tanto a AMB, como a UMB e MMM articulam-se horizontal e verticalmente.

A partir de 1990, as organizações feministas junto à Câmara Federal, assim como nas agências estatais, têm logrado avanços na legislação no campo dos direitos das mulheres, com exceção da pauta para a legalização do aborto, (RANGEL, 2012). Segundo Lúcia Avelar (2013):

AMB, UMB e MMM articularam-se horizontal e verticalmente para a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), na instituição da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) e da SEPPIR, na realização da I Conferência Nacional de Política para Mulheres, na elaboração do Plano Nacional de Política para Mulheres

e na criação das cotas por sexo. O Conselho Nacional de Direitos das Mulheres é o principal espaço institucional de participação da Articulação de Mulheres Brasileiras no governo federal, mas todas as outras redes também ali se representam. As redes feministas se articulam com outros atores, como a Seppir, o Conselho Nacional de Saúde, o da Juventude e o da Comunicação. No plano horizontal as redes mantêm como aliados organizações de advocacy, como o Social Watch Brasil, a Abong, o Inesc e a rede Feminista de Saúde, entre outros. Trata-se de uma interação vertical e horizontal impossível de ser descrita, mas que compartilha e fortalece as temáticas principais ou frentes com o fim de alcançar visibilidade na agenda pública. (AVELAR, p.5, 2013).

Relacionando o feminismo de Estado com o feminismo proposto pela Marcha das Vadias, em alguns momentos esta dá indícios de ter propostas diferentes. Porém, a ida a campo permitiu-me observar que embora a maioria das ativistas da Marcha das Vadias de Campinas se colocarem como feministas autônomas, em diversos momentos as integrantes da Coletiva Vadia articulam-se com o Estado, principalmente no que diz respeito à solicitação de efetividade da Lei Maria da Penha e à atuação da Secretaria das Mulheres em nível regional. Laura Martello (2015) afirma que não é se pode reproduzir a dicotomia “autônomas x institucionais”, pois:

Muitas das feministas que estão nos espaços autônomos também têm alguma atuação em meios institucionais, através de trabalhos e projetos em organizações não governamentais em instituições estatais, tanto no Judiciário, Legislativo ou Executivo, e principalmente nas Universidades. Entretanto, é importante frisar que o campo autonomista congrega principalmente feministas de orientação ideológica socialista libertária e anarquista e por isso possui um viés fortemente anticapitalista e antiestado enquanto instituição mantida pela repressão militarizada (MARTELLO, p.81, 2015).

Sabendo desta atuação em espaços institucionais de forma direta ou indiretamente, criar uma concepção destilada e estática de um movimento feminista autonomista totalmente isolado (MARTELLO, 2015), não é viável no que diz respeito à Marcha das Vadias de Campinas. Porém, o enfoque da pesquisa é deter a atenção aos processos menos institucionalizados de organização nos feminismos, principalmente nas integrantes da Coletiva Vadia. Vale ressaltar que coletivas são agrupações caracterizadas por sua fluidez e contingência, conectadas por relações afetivas, sem divisão de trabalho, sem funções formais rígidas ou hierárquicas pré-estabelecidas e não havendo alguém que responda pelo coletivo (CARMO, 2013). O ideal de

horizontalidade que compõe a proposta dos espaços e coletivas não significa a ausência de conflitos, violências e relações de poder, porém, é uma tentativa de organizar-se de maneira menos centralizada.

1.2. A liberação do corpo na Marcha

A liberação do corpo feminino está no centro da pauta de discussão das manifestantes da Marcha das Vadias. Tal questão esteve em evidência nos anos de 1960 e 1970 na Europa e Estados Unidos. A discussão dos métodos de controle contraceptivo, do direito ao aborto, da sexualidade feminina esteve muito forte, principalmente após as revoltas estudantis de maio de 1968, período perpassado pela contracultura. Houve uma efervescência de diversos movimentos sociais, principalmente do movimento feminista, que passou a questionar a falta de liberdade sexual das mulheres. Além disso, uma grande parcela das mulheres passou a ocupar as universidades, o mercado de trabalho, influenciando as relações cotidianas e de gênero.

No Brasil, a discussão da sexualidade não chegou tão forte na conjuntura política de Ditadura Militar, como na França dos anos de 1960, a qual estava pautando principalmente a liberdade sexual das mulheres. Havia a defesa de outras questões nos movimentos sociais brasileiros, e a sexualidade não tinha visibilidade, tendo em vista que o foco das discussões estava relacionada com a repressão política do momento, principalmente dentro dos partidos políticos de esquerda. Segundo Céli Pinto (2003), o feminismo, além de ser malvisto pela esquerda marxista, que enxergava no movimento uma ameaça à unidade da luta do proletariado, era malvisto também pelos próprios homens que tinham uma posição privilegiada dentro das organizações políticas, não revendo seus próprios privilégios em relações pessoais. Muitas mulheres se engajaram na luta contra a ditadura, se organizando em partidos e em outras organizações de combate ao regime, mas em sua maioria não tinham clareza sobre o feminismo ou encontravam grandes obstáculos para debatê-lo.

Nesse sentido, o corpo feminino e a sexualidade são retomados de forma performática através das “vadias”. O corpo é posto como instrumento de luta, e o espaço público passa a ser ocupado por mulheres seminuas e nuas. Seus corpos são utilizados como outdoors e carregam frases de cunho feminista, ressaltando a necessidade das mulheres serem donas de seus próprios corpos. Não que o corpo também não tenha sido, em seu sentido biológico, mais um tema das reivindicações feministas; o corpo

mero reprodutor esteve presente no discurso emancipatório feminista, coroadado quimicamente pelo anticoncepcional, lançado em 1960 (VIANA; CASAREJOS; JUNIOR, 2015).

Para as gerações anteriores de feministas, a autonomia sobre o corpo aparecia atrelada às reivindicações pela descriminalização do aborto, pelo planejamento familiar e pela saúde da mulher. Para as gerações contemporâneas, o corpo assume um significado mais amplo. Ter autonomia sobre o corpo extrapola o tema do controle da reprodução e da saúde e a articulação de políticas públicas correspondentes, e passa a se referir principalmente a um modo de experimentação do corpo que, embora não prescindia de transformações na política, na cultura e nas relações interpessoais, é vivenciado como subjetivo. Assim, nas marchas, a sensualidade dos corpos é celebrada; os padrões de beleza feminina são questionados por corpos que reivindicam pelos e diferentes formatos; a menstruação é positivamente assumida. A nudez, importante instrumento de impacto nas marchas, parece condensar a um só tempo a capacidade de criticar as normas de gênero e de expressar este modo subjetivo de “libertação” do corpo (Gomes; Sorj, 2014, p.438).

Por isso, o corpo que aparece na Marcha das Vadias é um corpo assumidamente simbólico, se expõe provocando, pauta o direito de desejo próprio. Nos relatos recolhidos das organizadoras da Marcha das Vadias de Campinas (SP), questões como autonomia e sexualidade são colocadas o tempo todo como fio condutor da organização. A política cultural está em evidência e, segundo uma das integrantes da Coletiva Vadia:

A gente tentou se distanciar ao máximo de organização burocratizada tudo que identificamos como burocratizador tiramos. Nos organizamos de formas horizontais (...) A nossa maior preocupação é a transformação das relações cotidianas, nosso impacto a gente vê como local, não tentamos fazer coisas megalomânicas de revolução socialistas, tentamos mudar nosso cotidiano, para chegar em uma mudança cultural que é o que entendemos como feminismo (...) A transformação está no seu cotidiano, se você mudar a sua forma de ver o mundo e suas relações pessoais e a potência das relações entre duas pessoas que seja você podem conversar sobre as coisas que te incomoda, que te oprime que isso já é um debate feminista, não precisa participar de um grupo, ser organizada para que você seja feminista. (Entrevista Bruna, 2015).

Essas ativistas enxergam que as mudanças relacionadas ao machismo e opressões se encontram no campo das relações cotidianas, dos aspectos culturais, do micro para o macro. Não ficam apenas no plano do economicismo como outras

vertentes de feminismos ou até mesmo como o feminismo de Estado, que tem como ponto de partida as mudanças no âmbito das políticas públicas. O conceito de autonomia se insere aqui, de modo a estar ligada a uma concepção de poder e de transformação que vê a mudança cultural e a micropolítica como fundamentais e urgentes. Nesse sentido, pode-se afirmar que a Marcha das Vadias leva principalmente em consideração os aspectos culturais.

Rita Segato (2015) diz que:

Las mujeres debemos sacar los pies del campo estatal. Esto no quiere decir abandonarlo, como a veces se han interpretado mis palabras. No se pueden abandonar las luchas en el campo estatal, por leyes, políticas e instituciones propias. Pero lo que quiero decir es que debemos llevar adelante otras luchas, sólo nuestras y en un campo otro, marginal con respecto a la égida del Estado, con estrategias autogestionadas de autoprotección. Necesitamos vínculos más fuertes entre mujeres, vínculos que blinden los espacios de nuestras vidas, independientemente de las leyes y las instituciones, y que rompan el modelo de la familia nuclear. (Segato, 2015, p.5)¹².

Rita Segato ressalta a importância das relações cotidianas para a ampliação da luta. O feminismo hegemônico deu ênfase à questão da conquista de direitos individuais a partir do Estado. Isso mostra forte influência europeia na América Latina, onde a relação entre Estado e sociedade é bastante diferente por razões históricas (SEGATO, 2015, p.6). Assim, as questões relacionadas ao cotidiano das mulheres, seria um dos caminhos na luta pelo fim das opressões, sem deixar de avançar com a ampliação dos direitos das mulheres por parte do Estado.

1.3 A Marcha das Vadias de Campinas

No Brasil, mais de trinta e cinco cidades já tiveram, pelo menos uma edição da Marcha das Vadias. Campinas foi uma das primeiras a aderir à manifestação e problematizar a questão da prostituição. O maior prostíbulo a céu aberto da América Latina encontra-se em Campinas, no Jardim Itatinga – periferia da cidade:

¹² Entrevista concedida a Revista 12. La pedagogía de la crueldade (2015).

Além da atividade nas calçadas, existem dezenas de boates, casas de show erótico ou de travestis, pequenos motéis, bares e prostíbulos. Dados do Centro de Saúde do Jardim Itatinga indicam que trabalham cerca de 2 mil profissionais do sexo no local distribuídas em cerca de 200 casas de prostituição, de pequeno, médio e grande porte (Helene, p.11, 2014).

Ou seja, há uma segregação espacial, pois o Jardim de Itatinga fica isolado pelas rodovias Santos Dumont e Bandeirantes. Segundo Helene (2014), a prostituição fica “ilhada”,

O bairro estruturou uma dinâmica própria, um “mundo à parte”. Além dos serviços básicos e comuns como mercados, farmácias, bares, etc; existe uma quantidade grande de salões de beleza, lojas de roupas (com roupas especiais para o trabalho de prostituta) e lingerie, entre outras atividades ligadas ao exercício da profissional do sexo. O comércio local também é marcado por diversos “mascates”: vendedores e sacoleiros ambulantes que circulam pelas ruas carregando seus produtos, abordando as meninas que trabalham nas calçadas (p.12).

Tais características de Campinas impulsionam pesquisas sobre a relação do corpo feminino na cidade, sobre sexualidade, dentre outras. Mazzariol (1977), Melgaço (2005), Bahia; Luizari; Faria (2003), Helene (2008; 2014) realizaram pesquisas que dizem respeito à segregação urbana e higienização. De acordo com as/os autores, essas zonas confinadas contribuem para a marginalização e a estigmatização do trabalho da prostituta por estabelecerem guetos. Esses espaços isolados, como o Jardim de Itatinga em Campinas, homogeneízam sua estrutura, facilitando ações de cunho opressor às mulheres prostitutas. Além disso, isoladas em um bairro, as profissionais do sexo não se relacionam com a diversidade urbana encontrada nos outros locais da cidade, segundo a prostituta de Campinas, integrante-fundadora da DAVIDA¹³ e ativista dos direitos das profissionais do sexo, Gabriela Leite (2006). Ser prostituta, ser “puta”, como gostava de dizer Gabriela Leite, é um “ser” diretamente relacionado com um gênero e o dever-ser que o acompanha em nossa sociedade (CAPELA, p.140, 2013). A prostituta, em nossa

¹³ ONG fundada no começo dos anos de 1990, que intervém na sociedade por meio de ações culturais, bloco de carnaval e apresentações teatrais, além de estudos, pesquisas e documentação, no que diz respeito aos direitos civis das profissionais do sexo. Fonte: (<http://www.davida.org.br/>)

sociedade, é uma mulher que já perdeu sua honra. O adjetivo “puta”, pois, é sinônimo de mulher desonrada, de mulher indigna, de “mulher de rua”:

“(…) a condição de prostituta [geralmente reflete uma mulher] que não respeita nada e ninguém, que não tem nada a perder, pois já não é uma mulher conceituada. A prostituta é uma mulher que já perdeu a honra, pois não preenche os atributos requeridos. Não é virgem, é promíscua, impura e profana. Não ocupando o domínio feminino da casa, usufrui de uma posição invertida masculina e, portanto ambígua – ‘mulher de rua’”¹⁴.

A prostituição encarna na mulher qualidades negativas que dizem respeito à sua própria identidade enquanto mulher. Como consequência de tal imaginário criado a respeito de mulheres prostitutas, elas passam a não ser tratadas como igualmente dignas para participarem da vida pública ou de usufruírem de boas condições de vida.

A realidade de Campinas faz com que jovens ativistas estejam a par da questão da regulamentação das atividades das profissionais do sexo e, de certa forma, expandem o diálogo com as profissionais do sexo, como ressaltam os relatos de integrantes da Coletiva Vadia. Segundo as ativistas, uma das integrantes da Coletiva estudou as profissionais do sexo e ajudou a fundar o Coletivo “Mulheres Guerreiras”, através do trabalho da incubadora de cooperativas populares, ligada à Universidade de Campinas (Unicamp).

1.3.1 Marcha em Campinas: seus temas, suas bandeiras

Embora a primeira edição da Marcha na cidade tenha acontecido em setembro de 2011 já havia reuniões de organização desde junho de 2011. As organizadoras da Coletiva Vadia afirmaram que: “Começamos assim: na primeira marcha a gente articulou todos os coletivos de Campinas partidários ou não, para decidirmos se iríamos fazer a marcha ou não. A maioria quis a realização da Marcha” (Entrevista Ana, 2015).

Nosso grupo surgiu em 2011 com a proposta de responder ao aumento da violência sexual contra mulheres jovens e transexuais trabalhadoras do sexo em nossa região. Iniciamos um coletivo que tem como objetivo o combate à violência contra as

¹⁴ Fonte: (<http://www.davida.org.br/>)

mulheres, em especial à violência sexual. Nossos objetivos gerais são: atuar para a transformação dos valores culturais que permitem tais violências; conquistar aparatos legais e públicos que favoreçam a vida de mulheres; contribuir para o empoderamento social e político das mulheres através de ações combativas, rompendo com o rótulo de vítimas sociais e assumindo o papel de agentes coletivos, sujeitas da ação.

Assim, desde 2011 estamos nos articulando com outros grupos feministas de nossa região para fortalecer nossas ações e criar uma frente articulada de combate à violência contra a mulher em nossa cidade. Nesse período, nós do Coletivo das Vadias, além de realizar uma grande marcha na cidade, também organizamos encontros de formação política, festival de música feminista, oficinas sobre software livre, inclusão digital e arte gráfica para grupos feministas e associações de trabalhadoras sexuais da região. Também realizamos intervenções artísticas em áreas centrais de nossa cidade, chamando atenção para a violência à qual estamos submetidas e gritando pela autonomia de nossos corpos (texto do blog¹⁵).

O primeiro ponto tratado no manifesto diz respeito às prostitutas da região de Campinas. Em 2007, foi fundada a Associação Mulheres Guerreiras na cidade, a qual tem como principais objetivos:

- Reivindicar direito ao trabalho e interesses da categoria de profissionais do sexo;
- Problematizar o preconceito: direito à cidadania;
- Lutar contra toda e qualquer forma de violência física, moral ou social em relação às mulheres prostitutas¹⁶.

A bandeira de luta pela regulamentação das profissionais do sexo e o fim da violência sexual ou física das mesmas diferencia a Marcha das Vadias de Campinas de outras marchas em um primeiro momento. Em um breve levantamento feito entre os meses de setembro de 2014 a setembro de 2015, via blogs e páginas de facebook de marchas, como a de São Paulo (SP), Curitiba (PR), Maringá (PR) dentre outras, tal bandeira não está em evidência.

Ao serem questionadas por mim em Campinas, sobre o porquê dessa visibilidade à questão das profissionais do sexo, uma das integrantes da Coletiva relata que:

Nós acabamos falando muito disso por termos militantes das vadias que atuam na associação das Mulheres Guerreiras. “Na hora que surgiu essa pauta ficou muito nítido para mim que se tem alguém que tem que pautar essa questão somos nós mesmas” (Entrevista Ana, 2015).

¹⁵ Disponível no blog: <https://marchavadiascampinas.milharal.org/vadiagem-em-acao/historica/>

¹⁶ Conteúdo retirado do site: <http://www.itcp.unicamp.br/drupal/?q=node/83>

Já outra integrante diz que:

Sobre a questão da regulamentação das profissionais do sexo, nós consideramos uma parceria com a Associação Mulheres Guerreiras. É uma posição nossa de defesa na luta por elas, nenhuma de nós é prostituta, mas nós tentamos abarcar as reivindicações delas. Nós já fomos, no bairro de prostituição aqui de Campinas, chamado Itatinga, e fazemos muitas atividades com elas (...) A gente acredita que elas são sujeitas políticas, que elas falam por elas mesmas, elas não precisam de uma acadêmica que balize o discurso delas. Esse não é o nosso papel na luta feminista, nosso papel é apoiar essas mulheres, apoiá-las para que elas consigam falar por elas mesmas, que tenham respeito na sociedade, que sejam identificadas como feministas assim como elas se dizem, que o discurso delas valha tanta quanto o nosso. Nós as apoiamos e elas nos apoiam. Não é uma via de mão única (Entrevista Bia, 2015).

Colocar em evidência as questões relacionadas às profissionais do sexo não é uma tarefa fácil em termos de construção do feminismo. Há, historicamente, duas posições antagônicas sobre o tema: de um lado, aquelas contrárias sustentam, entre outros argumentos, que a prostituição é reflexo ou consequência do patriarcado – e do capitalismo que dele faz parte – e que representa, por isso, a dominação masculina sobre as mulheres e seus corpos, segundo texto publicado coletivamente pela Marcha Mundial das Mulheres (2012)¹⁷. A segunda posição, diz respeito à defesa da regulamentação, tendo como argumento os direitos trabalhistas e autonomia.

Em 2012, a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) escreveu uma nota se posicionando contra a regulamentação da prostituição e relacionando-a com a Marcha das Vadias. As autoras dessa nota, ativistas feministas, propõem uma reflexão após as primeiras manifestações da Marcha ocorridas no Brasil em 2011:

Passado um ano dessa movimentação é preciso refletir tanto sobre as formas como o capitalismo e o patriarcado mercantilizam a vida e o corpo das mulheres, como os instrumentos de resistências aos quais dispomos. Essa segunda tarefa passa por perceber que, muitas vezes, a violência contra as mulheres precisa de uma resposta rápida e incisiva, como se deu com a Marcha das Vadias, mas que seu enfrentamento deve ser um processo cotidiano, que vai além de um evento (SOF, 2012)¹⁸.

No decorrer do texto, elas se posicionam contra a regulamentação da prostituição com o seguinte argumento: “A prostituição continua sendo vista por muitos

¹⁷ Texto disponível em: <http://www.sof.org.br/noticias/a-marcha-das-vadias-e-a-mercantiliza%C3%A7%C3%A3o-do-corpo-e-vida-das-mulheres>

¹⁸ Ibidem.

como uma forma de viver a sexualidade. Para nós, ela representa a mercantilização, violência e subjugação as quais as mulheres são submetidas”. Tal afirmação é uma crítica direta à bandeira de luta em defesa das profissionais do sexo e da ligação ao nome do movimento que usa o termo “vadia”, pois terminam o texto com a seguinte afirmação:

Assim, estamos em constante luta para que as mulheres não sejam caracterizadas como vadias por sair dos padrões de comportamento, nem como qualquer outro símbolo que as menospreze e as diminua. Reafirmamos o direito de todas as mulheres viverem livre de estigmas, estereótipos, violência e exploração (SOF, 2012).

De outro lado, estão as ativistas como integrantes da Marcha das Vadias, que defendem a regulamentação, tendo como argumento, os direitos trabalhistas e autonomia, conforme a Coletiva Vadia de Campinas. A prostituição não constitui, de forma geral, um dos grandes temas do feminismo. Um dos aspectos que torna a Marcha das Vadias de Campinas singular e diz respeito à regulamentação da prostituição e seu amplo diálogo com as profissionais do sexo, além da parceria em atividades de cunho feminista.

A transformação dos valores culturais é a força motriz dessas ativistas. Em suas falas, textos e atividades há um esforço de deixar isso evidente, há uma noção da horizontalidade – sororidade¹⁹ – solidariedade entre as mulheres. Porém, o corpo é ponto de partida de todas as discussões relacionadas à Marcha das Vadias e suas ações, “gritando pela autonomia de nossos corpos”. O histórico da Coletiva termina com essa frase, dando ênfase à autonomia do corpo feminino.

Em sua segunda Marcha (2014), as ativistas pautaram exatamente essa questão: a falta de autonomia de seus corpos através da bandeira de luta pela descriminalização do aborto. Nos anos de 2012 e 2013, as organizadoras optaram pela não realização da Marcha das Vadias, mas isso não exclui realizações de atividades feministas em junção com outros coletivos feministas da cidade de Campinas.

Segundo uma das organizadoras: “A gente não quer fazer marcha todo ano, só por fazer. Fizemos em 2014 com relação preponderante com as eleições. Sempre

¹⁹ A sororidade é a ideia de que juntas as mulheres são mais fortes. No contexto do feminismo, a sororidade se trata da solidariedade feminista no combate à rivalidade e à competição pregadas pelo machismo. (Texto disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/Conteudo/6face78f-bd21-4773-ac5f-f76e98d9c87e/Sororidade---A-ess%C3%Aancia-e-limite-do-conceito-de-solidariedade-entre-as-mulheres>).

escolhemos um tema para nos formarmos e para fomentar o debate público sobre o tema” (Entrevista Ana, 2015). Para Ana, a Marcha não deve estar deslocada dos acontecimentos atuais, ao relacionar as eleições no Brasil com a segunda edição do movimento. Várias questões foram trazidas, como o fato de a descriminalização do aborto não ser quase pautada pelas/os candidatas/os as eleições, de haver pela primeira vez na história mulheres concorrendo à presidência e o fato de termos em 2011 a primeira mulher vitoriosa nas urnas. Ou seja, talvez o caso de escolherem sempre um tema e o relacionarem com as lutas das mulheres seja um exercício de demonstrar que tais fatos sobre a situação das mulheres não estão deslocados, há ligação com as esferas, seja política, econômica ou culturais.

Uma questão que está presente em todas as falas das quatro integrantes da Coletiva Vadia é a unificação com outros coletivos feministas e setoriais de mulheres de partidos políticos para a realização da Marcha das Vadias e das outras inúmeras atividades feministas realizadas na cidade de Campinas.

“Sem articulação política a gente não é nada. Dentro de Campinas a gente tem muitos grupos interessantes, importantes e que reconhece a gente também. A gente faz formação com outros coletivos feministas, tentamos fazer uma frente feminista de Campinas em 2013” (Entrevista Ana, 2015).

As integrantes da Coletiva enxergam a importância de frentes únicas de luta, o que seria unirem-se com outros coletivos e partidos políticos para construir uma ação em conjunto:

Eu acho que a gente ainda não consegue ainda superar os partidos políticos, mas é um movimento que vai dando uma nova cara as políticas. Perante a crise democrática que estamos vivendo, de representatividade, então acho que movimentos autônomos fortalecem a política do cidadão comum, que muitas vezes não foi para a universidade pública. Acredito que a marcha permite que a política chegue mais lugares apesar do trabalho contrário da mídia corporativa (Entrevista Ana, 2015).

Ao mesmo tempo em que elas defendem a autonomia do movimento, não abrem mão do diálogo com organizações para a realização de atividades, ou seja, reconhecem de certa forma a importância de organizações que dialogam com Estado. Isso indica que a oposição entre feminismo de Estado e feminismo autônomo não ser aqui, neste caso, considerado.

Segundo o MAMU²⁰ (Mapa de Coletivos de Mulheres do Brasil), no Estado de São Paulo existem oitenta e nove coletivos, grupos ou organizações feministas espalhados sem ligações com partidos políticos. Há seis coletivos registrados que surgiram pós Marcha das Vadias no Brasil: de São Paulo (SP), Campinas (SP), Maringá (PR), Pelotas (RS), Aracajú (SE) e Olinda (PE). Aparentemente, há um receio quanto às organizações políticas. A maioria desses coletivos mapeados pelo MAMU, são formados por jovens feministas.

No que diz respeito ao feminismo juvenil, é interessante ressaltar que a emergência das “jovens feministas” como sujeito político no campo do feminismo observado no contexto latino-americano e no contexto brasileiro na última década, tem confrontado um discurso recorrente de que o feminismo não impactou as mulheres jovens e que elas não se interessam pelo feminismo (GOMES-RAMIREZ e CRUZ, 2011, ADRIÃO E MELO, 2009; SILVA, 2009; ZANETTI, 2008). Segundo Silva (2009), a atuação das jovens feministas questiona as hierarquias e o adultocentrismo, explicitando as assimetrias de níveis de participação dentro do movimento e decompondo a agenda feminista na perspectiva geracional, evidenciando as condições peculiares das jovens e ressaltando a importância da troca entre gerações e legitimidade dos saberes e experiências juvenis (MARTELLO, 2015).

É identificado no Brasil como o primeiro espaço amplo de articulação de jovens feministas, o Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas – Espaço Brasil, conhecido como “Forito”, que começa a ser articulado em 2001, pela Fundação Friedrich Ebert – FES. O Forito reuniu feministas partidárias e autônomas nos seus oito anos de duração.

O feminismo juvenil possui uma agenda diferenciada em relação às gerações anteriores (PAPA e SOUZA, 2009) e uma relação distinta daquelas estabelecidas pelas e nos partidos políticos. A maior parte de discussões relacionadas às mulheres se concentrava dentro dos partidos políticos de esquerda, hoje a conjuntura é outra. Vários partidos possuem setoriais de mulheres, como o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados) o setorial Movimento Mulheres em Luta (MML); Coletivo Ana Montenegro ligado ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), o coletivo JUNTAS ligado com setoriais do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), Pão e Rosas ligado ao MRT (Movimento Revolucionário de Trabalhadores).

²⁰ <http://www.mamu.net.br/>

Dos relatos recolhidos das integrantes da Coletiva Vadia, emergem tensões com coletivos de partidos políticos, principalmente com a Marcha Mundial de Mulheres, ligada de forma indireta com o Partido dos Trabalhadores (PT), nas construções do oito de março (dia internacional da mulher). Historicamente, essa data é marcada por manifestações, atos e, nos relatos das ativistas da Coletiva essa data tem sido marcada por tensões, devido ao fato de ser uma atividade conjunta entre movimentos, partidos, coletivos, no centro de Campinas. Uma delas relata que após a primeira Marcha das Vadias (2011),

As mulheres da **Marcha Mundial de Mulheres** pediram para que nós não tirássemos a blusa nas atividades do Oito de março. Elas que fazem a principal organização e desde então eu vejo que nós travamos em tirar roupa em público. Na última marcha (2014) poucas pessoas ficaram seminuas (Entrevista Bruna, 2015).

A fala de Bruna mostra um exemplo de tensão ocasionado pelo fato de ativistas da Marcha das Vadias exporem seus corpos nas atividades em conjunto. As formas de militância dos grupos são diferentes, o corpo é colocado de maneira oposta pela Marcha das Vadias em relação a Marcha Mundial de Mulheres.

Na cidade de São Paulo, o Oito de março também é realizado por coletivos feministas e partidos políticos dos mais diversos. Pude conversar com algumas jovens feministas da capital que fundaram coletivos autônomos, e elas relataram tensões também a respeito da MMM. Segundo Bianca, universitária e ativista:

Esse ano, compomos o oito de março com um bloco muito forte. As pautas que nós levantamos era o direito ao aborto seguro e gratuito, tivemos um bloco com a presença dos nossos camaradas homens para somar. Vários partidos, coletivos de esquerda compunham o oito de março. O coletivo da Marcha das Vadias também compôs. Esse oito de março foi complicado porque teve um momento em que quase teve um ‘racha’ com a Marcha Mundial de Mulheres, pois nós fazíamos a crítica ao atual governo (PT), e a MMM implodiu várias reuniões pré-oito de março, elas não aceitavam as críticas ao atual governo. Com isso, várias feministas independentes, a Marcha das Vadias, o MML tentou compor um bloco à parte da MMM. No final, meio que foi dois atos com duas bandeiras diferentes dentro de um ato (...) No oito de março nós nos unificamos com outros setoriais feministas e com a Marcha das Vadias, contra os ataques da Dilma pois as mulheres que são as mais atingidas por esses ataques, como as trabalhadoras terceirizadas (Entrevista Bianca, 2015).

A maior crítica aos setoriais de mulheres dos partidos políticos se concentra no abafamento da pauta da sexualidade feminina, do corpo. O corpo para essas jovens militantes é a grande questão. Nele concentra-se o ‘fazer política’. O corpo em marcha

confronta símbolos religiosos, confronta moralidades e questiona padrões hegemônicos de beleza. *Meu corpo, minhas regras, nossa luta*: essa é principal bandeira delas. O ponto em comum em todas as falas das ativistas com quem conversei é o corpo. Para elas, o corpo não estava mais em evidência nos movimentos feministas:

Nós colocamos de novo o corpo em evidência, o corpo seminu no lugar público, por mais que tenha várias interpretações do que é uma mulher com os peitos de fora, era uma coisa que não tinha mais, então colocamos isso de novo em cena. Não visualizo nenhum outro movimento na atualidade que faça com que a mulher se sinta bem com o corpo dela e que o utiliza como instrumento de luta, inclusive nas pré-organizações, reuniões nossas é importante o esforço de tentar deixar que as mulheres se sintam bem e que haja um empoderamento de corpo também, de você se sentir bem com você mesma (Entrevista Ana, 2015).

O corpo nu como instrumento de luta é mais novo, no sentido de que ele representa uma subjetividade liberada dos padrões. A forma performática de fazer política, o corpo como campo de batalha e o corpo como *outdoor*, tais elementos causam escândalo no espaço público. Dessa perspectiva, as práticas corporais são tratadas como algo a ser observado, vigiado e, quando não se enquadrar nos padrões vigentes, devidamente punido. A relação entre corpo e cidade mantém-se como problema fundamental na atualidade. Que corpo é esse em marcha? Essas ativistas intitulas de ‘vadias’ querem construir alguma corporalidade?

A partir desses aspectos levantados que relacionam a articulação da Coletiva Vadia com as questões do corpo, e como essa é colocada pelo grupo, fica evidente que o corpo que aparece na Marcha é um corpo predominantemente simbólico e performático. Desta forma, também, apesar de utilizar de métodos que já estavam presentes na pauta feminista, o corpo como instrumento de luta, a Marcha é contemporânea, pois conforme Agamben (2009), o contemporâneo se estabelece por todo lugar e todas as expressões mais representativas da atualidade

(...) uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias: mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época que em todos os aspectos a esta adere perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela (AGAMBEN, 2009, p.59).

Ou seja, para que um fenômeno seja considerado contemporâneo, segundo o autor, é preciso que tenha aderência com o seu tempo (VIANA; CASAREJOS;

JUNIOR; 2015), a exemplo do uso da comunicação virtual. A Marcha das Vadias se move como um fenômeno contemporâneo, mas traz consigo reivindicações antigas do movimento feministas, porém de certa forma atualizadas com novas significações para o corpo e com novos artefatos, como as redes sociais.

2. Um olhar sobre o corpo

O corpo não é apenas matéria, mas uma contínua e incessante materialização de possibilidades. Representar, dramatizar, reproduzir, parece ser algumas das estruturas elementares da corporalização (BUTLER, 2004, p. 73). Após a década de 1960, o corpo foi redescoberto na arte e na política, na ciência e na mídia, provocando um verdadeiro “corporeísmo” nas sociedades ocidentais (SANT’ANNA, 2000). O corpo é retomado de forma diferente dos estudos da década de 1930, realizados por Marcel Mauss, Botanski. É a partir dos anos 60 que surgem diversos trabalhos no que tange à sexualidade e ao corpo feminino.

Segundo Elizabeth Grosz (2003), entre os princípios estruturantes do corpo produzido está a inscrição e codificação (organizada por estruturas familiares) por meio de desejos sexuais (o desejo do outro). No que diz respeito à relação do corpo com a Marcha das Vadias, a intenção é perceber como os fenômenos culturais e sociais constituem influência na forma em que o corpo feminino é visto e utilizado. Que corpo é esse da Marcha das Vadias? O que o patriarcado impõe nas corporalidades femininas? Há ressignificações por parte das mulheres por meio do movimento feminista?

O corpo pode ser considerado como um “vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída (BRETON, p.7, 2007)”. Ele medeia as relações e, no caso das mulheres, o corpo delas são espaços políticos, fronteiras, que ora delimita as relações com outros corpos, o Estado, a Religião, a ordem patriarcal, e que ora institui a autonomia da pessoa por resistências, questionamentos às ordens pré-estabelecidas.

Na Grécia antiga, o corpo era idealizado, treinado. Seu aprimoramento era o principal objetivo, assim, a imagem idealizada corresponderia ao conceito de cidadão, que deveria tentar realizá-la, modelando e produzindo o seu corpo a partir de exercícios e meditações. Era visto como elemento de glorificação e de interesse do Estado (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2008). O corpo nu era objeto de admiração, principalmente se fosse saudável, atlético, aparentemente viril, fértil. Tal admiração só era dada aos *cidadãos*, ou seja, homens livres. Mulheres e escravos estavam excluídas/os do conceito de cidadãos e seus corpos não causavam admiração.

As mulheres eram destinadas ao espaço privado, à fidelidade e ao respeito aos seus pais e maridos. Barbosa; Matos; Costa (2008) pontuam que:

A civilização grega não incluía as mulheres na sua concepção de corpo perfeito, que era pensado e produzido no masculino. As normas para os homens eram mais soltas, permitindo a bigamia e a homossexualidade como práticas naturais (Rosário, 2006). As leis da cidade aplicavam, inclusive, normas diferentes aos corpos masculinos e femininos, sendo que aos primeiros corresponderia o andarem nus nos ginásios e o andar na cidade com vestes soltas por serem capazes de absorver calor e manter o equilíbrio térmico, dispensando o uso da proteção das roupas; aos corpos femininos, impunha-se o uso de roupas em casa, considerando-se que estas seriam suficientes e para a saída à rua os seus corpos deviam ser cobertos (Tucherman, 2004).

A sexualidade feminina era reprimida nos espaços públicos. Diferente dos homens, as mulheres não podiam demonstrar nenhum ato de homossexualidade, ou ter atitudes de prazer. Seus corpos eram cobertos, não era motivo de admiração ou de ‘culto’ por parte da sociedade. O que se percebe nesse momento histórico é que os homens, pelas suas ações, pelos seus testemunhos, mesmo nas páginas dos textos literários, pertenciam a um sexo superior. Eram as suas vozes as escutadas. E eles falavam sobre várias coisas, inclusive sobre as mulheres e seus corpos (DUBY, p.15, 1989).

Nos períodos históricos posteriores, as representações do corpo adquiriram outras dimensões, subjugando-o a temas que potencializavam as questões místicas e religiosas (GOMBRICH, 1999 in Pelegrini, 2006). Com o cristianismo, o corpo passou a ter outro significado, a alma deveria prevalecer sobre o corpo, e seu bem-estar só poderia ser garantido pela recusa dos desejos e prazeres da carne (Rosário, 2006).

A doutrina cristã constituiu uma moral que criou a imagem das mulheres a partir da origem bíblica em que Eva era a pecadora, culpada de todo o mal que ocorreu com a humanidade; Virgem Maria, a santa, assexuada, um exemplo a ser seguido, e Madalena, a pecadora arrependida (SILVA; MEDEIROS, 2013). Tal imagem fez com que a dicotomia virgem *versus* prostituta tornasse parâmetro para subjugar as atitudes das mulheres a partir de então. A imagem da mulher passou a se relacionar intimamente à castidade, submissão, comportamento e obediência à doutrina da Igreja e, quando o comportamento feminino não correspondesse ao esperado, era subjugado.

Sobre a marginalização da sexualidade feminina, Góis (1991, p.119) afirma que “somos educadas por mulheres, numa sociedade onde a virilidade e o prestígio do macho estão longe de serem apagados”. A mulher é criada para ‘dentro’, para o espaço privado, é lhe negado o prazer e, quando praticado, é relacionado à culpa, à imoralidade.

Muraro (2002, p.100-101) destaca que as mulheres ficavam sob a guarda dos pais, passando virgens para a guarda dos maridos.

Alguns estudos de Thomas Laqueur, entre de outros e outras, trazem informações a respeito da interpretação do corpo feminino. Dentre eles, a releitura a partir do século XVIII, proposta pela ressignificação social da mulher e pela crescente nova classe burguesa (RAGO, 2002). Essa ressignificação se deu em alguns aspectos da sociedade como no mercado de trabalho onde as mulheres foram inseridas nas indústrias e fábricas, realizando o mesmo trabalho que homens, contrariando a máxima da ordem patriarcal que mulheres são inferiores biologicamente e mais frágeis que os homens, sendo incapazes de realizar várias atividades que necessitam de força e virilidade.

Esta divisão baseia-se na concepção de que a diferença biológica dos sexos masculino e feminino representaria também uma diferença de qualidades, habilidades e características que homens e mulheres carregariam naturalmente em seus corpos. Portanto, a natureza dos corpos justificaria os ‘trabalhos femininos’ e ‘trabalhos masculinos’, respaldados na crença de que, assim como existem o sexo masculino e o feminino, também existiriam habilidades masculinas e femininas que tornam homens aptos para o ‘trabalho masculino’ e mulheres aptas para o ‘trabalho feminino’ (Daniel, p.324, 2011).

Apesar de explicitamente a ordem patriarcal²¹ dividir-se conforme a diferença sexual os afazeres na sociedade entre mulheres e homens, a partir do século XVIII essa conjuntura começou a mudar devido ao fato de que boa parte dos homens ter se inserido na guerra, nos anos 1914-1918 e 1939-1945, e assim, por falta de mão-de-obra, e ausência de renda em casa, as mulheres ocuparam o mercado de trabalho. Desta maneira, as mulheres começaram a participar do mercado de trabalho, de modo informal e muito timidamente iniciaram a sua produção. Falcão (2001, p.31) assim registra:

²¹ No campo dos estudos feministas o termo patriarcalismo foi/é comumente utilizado para explicar a condição feminina na sociedade e as bases da dominação masculina. Para Castro e Lavinias o conceito é usado nos textos e obras na sua forma adjetiva – como família patriarcal ou ideologia proletária e patriarcal – em detrimento da referência ao patriarcado na sua forma substantiva – como um sistema, uma organização ou uma sociedade patriarcal. Segundo elas, a forma adjetiva como *amiúde* é usado, remete ao conceito weberiano de patriarcalismo, ou seja, “trata-se de um tipo de dominação em que o senhor é a lei e cujo domínio está referido ao espaço das comunidades domésticas ou formas sociais mais simples, tendo sua legitimidade garantida pela tradição” (CASTRO; LAVINAS, 1992: 237).

Isso começou a acontecer de fato com a I e II Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945, respectivamente), quando os homens iam para as frentes de batalha e as mulheres passavam a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho. Mas a guerra acabou. E com ela a vida de muitos homens que lutaram pelo país. Alguns dos que sobreviveram ao conflito foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho. Foi nesse momento que as mulheres sentiram-se na obrigação de deixar a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos.

Após esse período, a inserção da mulher no mercado de trabalho foi contínua²². June Hahner (1978, p.95) salienta que, no século XIX, as mulheres eram empregadas em número crescente nas indústrias brasileiras, especialmente as têxteis, sendo que seus salários ainda estavam muito abaixo dos já pequenos vencimentos pagos aos homens. Apesar do foco desta dissertação não ser a inserção da mulher no mercado de trabalho, torna-se interessante ressaltar tal situação, pois com a forma de produção do sistema capitalista fica evidente que houve grandes mudanças na sociedade e, principalmente, no que diz respeito ao corpo feminino, na lógica de produção capitalista. O corpo passa a ser visto prioritariamente como um “corpo-máquina”, passível de opressão e manipulação baseadas em técnicas de interesse de produção (Barbosa; Matos; Costa, 2010). Assim, percebe-se que “O sistema do capital se beneficia da opressão vivenciada pelas mulheres, tanto do ponto de vista ideológico, por meio da reprodução do papel conservador da família e da mulher, como na perspectiva da inserção precária e subalterna no mundo do trabalho” (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 12).

Nesse sentido, fica evidente que uma das tarefas tanto da Antropologia como da Sociologia, é de compreender a corporeidade enquanto estrutura simbólica e, assim, destacar as representações, os imaginários, os desempenhos, os limites que aparecem como infinitamente variáveis conforme a sociedade (BRETON, p.30, 2007) nos mais diversos aspectos. Ou seja, o interesse está voltado para a relação do ator com o mundo, do corpo nas relações de produção, nas relações sociais de forma geral, como é representado e performatizado.

²² Cabe ressaltar o fato das mulheres negras, na história do Brasil, terem estado sempre no mercado de trabalho, quer seja como mão-de-obra escrava quer seja como mão-de-obra precarizada e sem qualificação técnica, ocupando os postos mais baixos e informais laborais na nossa sociedade.

Ao longo do tempo, esses modelos produziram a história corporal, funcionando como mecanismos codificadores de sentido e produtores da história corporal (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2008). O corpo é um dos planos da existência humana que assume valores simbólicos relevantes na contemporaneidade. Dessa forma, ele como construção cultural é capaz de apontar a dinâmica de algumas relações sociais importantes que, para além da materialidade, tomam um propósito político e ético (MAGALHÃES, 2010), que está em um constante devir. Todavia, em grande parte da construção do pensamento, o corpo feminino foi localizado em um lugar marginal, e apenas a partir dos anos de 1980 no Brasil, com a luta dos movimentos feministas, deu-se visibilidade do mesmo e de como mulheres utilizam seus corpos como instrumento de luta por direitos.

Na contemporaneidade ele é visto por intelectuais feministas como:

Fator crucial para a compreensão da existência psíquica e social da mulher, mas não é mais visto como um objeto a-histórico, biologicamente dado, não cultural (...) O corpo é visto como um objeto político, social e cultural por excelência e não o produto de uma natureza crua, passiva, que é civilizada (Grosz, p.75)

O corpo é político, é um campo plural e múltiplo e análises biologizantes ou essencialistas do corpo são rejeitadas, pois limitam o debate a respeito do corpo e consolidam a máxima dos binarismos no mundo ocidental: homem *versus* mulher, mente *versus* corpo, bom *versus* mal e, nesta lógica binarista, a mulher é reduzida à inferioridade, no qual o homem é a mente e a mulher o corpo. Nesta associação, o corpo é tradicionalmente desvalorizado.

Destarte, o papel das teóricas feministas é de reconfigurar a noção de corpo, levando em consideração o corpo vivido, a experiência, tornando as discussões acerca da corporalidade mais fluídas e dinâmicas, levando em consideração que cada sociedade tem sua concepção de corpo e subjetividade e que essa subjetividade é resultado da interação do indivíduo com as influências socioculturais, sendo modelada de acordo com os comportamentos, interesses, valores e com os sistemas econômicos e políticos de cada sociedade (BORIS, p.463, 2007).

Com isso, percebo que analisar esse corpo feminino na contemporaneidade é de extrema importância, uma vez que a cultura vigente codifica e define o corpo da mulher como subordinado, passivo e como objeto de olhar masculino. Entretanto, há resistências também por parte das mulheres e, há décadas, tensionalidades em relação ao

corpo têm sido discutidas nas Ciências Sociais. O corpo à mostra na cidade causa tensões e, quando vários corpos ocupam o espaço urbano em uma manifestação intitulada de Marcha das Vadias, o mal estar é generalizado, frente às regras da ordem patriarcal.

Que corpo é esse em Marcha? Através de conversas informais com organizadoras da Marcha das Vadias de Campinas, percebi que os temas sobre a sexualidade feminina e o corpo feminino estiveram presentes em quase todas as conversas. Questionamentos sobre os padrões de beleza, a ditadura da beleza, e a erotização foram os principais pontos discutidos. A sexualidade está intimamente ligada ao poder e é, neste sentido, que aparentemente as ativistas intituladas de vadias buscam recolocar o corpo feminino no que diz respeito à sexualidade: colocando-o para o seu próprio prazer. Tânia Navarro Swain (2011) sobre esse aspecto afirma:

O questionamento do sexo biológico, da sexualidade e das práticas sexuais tem sido um terreno explorado pelo feminismo na medida em que a cartografia identitária não recupera senão traços, sobre a areia movediça de uma identidade disseminada, múltipla e constantemente modificada: eu não sou jamais a mesma ao atravessar os dias. Questionam-se assim as relações binárias de sexo, pondo em relevo a heterossexualidade, enquanto mecanismo de sujeição e dominação do masculino sobre o feminino, num mundo de representações e auto representação. Mas no questionamento da heterossexualidade há a intersecção de outras formas de relacionamento, amoroso ou sexual, de práticas sexuais múltiplas (Swain, 2011).

O feminismo tem explorado tais questões, concentrando-se principalmente na sexualidade como um conjunto de práticas sexuais e/ou desejos individuais; bem como vem propondo que a mulher se descubra, pois a sexualidade feminina continua sendo tabu na sociedade contemporânea.

2.1 Se toca, mulher!

Com o intuito de incitar que mulheres descubram suas sexualidades, coletivos feministas têm realizado oficinas, como o Coletivo Sexualidade e Saúde de São Paulo, O grupo Transas do Corpo de Goiânia, Goiás, Cunhã Coletivo Feminista da Paraíba, dentre outros pelo Brasil. O tabu, o receio e a vergonha, dentre outros obstáculos, são

presentes na sociedade quando o assunto é sexualidade feminina. Tal política já era realizada pelos grupos de mulheres e feministas em 1970/80.

No que diz respeito a Coletiva estudada nesta dissertação, as integrantes da Coletiva Vadia de Campinas utilizam, como tática para disseminar a discussão, essas oficinas de sexualidade, oferecidas pelas próprias integrantes em escolas públicas e também em algumas reuniões somente para mulheres. Além disso, em suas artes de divulgação de eventos, tal questão também é explorada, como no folder de divulgação da festa 'Buteca das vadias' que ocorre várias vezes no decorrer do ano.



Com o título 'Se toca, mulher!', foi divulgado uma das edições da Buteca das vadias, atividade que visa arrecadar lucros para a Coletiva Vadia se manter. O desenho é de uma vagina com um dedo tocando-a, produzindo a ideia de masturbação feminina. Tal assunto ainda é tabu, segundo a lógica patriarcal. Quando a mulher está descobrindo seu corpo, sua sexualidade, a sociedade costuma aparecer com posicionamento negativo, como se não fosse algo que mulheres deveriam fazer. A moral religiosa contribuiu para a atribuição de ato negativo à masturbação feminina.

Enquanto a iniciação sexual masculina trata de um momento de exteriorização em relação ao mundo e de uma mudança de *status* para uma percepção do que é ser homem, a iniciação feminina na maioria das vezes vem acompanhada de um discurso de "repressão sexual" em que as informações sobre sexualidade raramente foram obtidas no ciclo familiar e com grande tabu em relação à perda da virgindade (HEILBORN,

1999). Com isso, a relação de grande parte das mulheres com a sexualidade não é de intimidade. A maioria das mulheres não conhece seus corpos e possui afastamento das questões sexuais, se diferenciando da relação do homem com o sexo, pois este foi socializado tendo como concepção que a sexualidade é algo normal, não tabu.

As mulheres ainda interiorizam expectativas sociais muito estritas em relação a elas e o amor funciona como um processo de triagem para o início de uma relação sexual (BOZON, 2004). Ou seja, sexo e sentimento estão diretamente ligados na fase da iniciação sexual feminina, no intuito da relação não ser moralmente condenável. Percebe-se que a sexualidade se torna um domínio masculino em que o papel da mulher seria mais o de corresponder à solicitação do homem do que propô-la (BOZON, 2004). Um duplo padrão de sexo não desapareceu: os homens continuam sendo considerados como os principais agentes do ato sexual e o desejo sexual feminino continua a ser amplamente ignorado e ainda ligado à afetividade.

Tendo em vista os aspectos citados, afirmo que os homens possuem mais afinidade quando o assunto é masturbação. Suas sexualidades foram mais desenvolvidas na sociedade ocidental do que as das mulheres. A mulher foi condicionada a fazer sexo para satisfazer seu parceiro, não foi educada a procurar o prazer pelo puro prazer, seja com outra pessoa, seja sozinha.

A análise da relação das mulheres com a sexualidade, deve ser tomada a partir das múltiplas formas de dominação e sujeição que o poder, no caso masculino, pode exercer no corpo social, através de suas extremidades, nos corpos constituídos pelo sujeito como efeitos de poder. O indivíduo não é o outro do poder, é um de seus primeiros efeitos e, simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. 'O poder passa através do indivíduo que ele constitui' (FOUCAULT, 1988, p. 182). O poder no sujeito nos indica que as relações constituídas nesse contexto não são suas escolhas, mas, ao mesmo tempo, não são aleatórias, e a sexualidade, portanto, se constitui através da norma.

Porém, o corpo feminino não se submete a esse domínio sem se rebelar, essa norma está passiva de questionamento e ressignificações. Uma vez localizada a mulher como novo sujeito ativo na história da sexualidade, o jogo de forças normativas é passível de mudança pela representação da mesma como sujeito de experiências. Deste modo, na contemporaneidade, esse sujeito feminino se torna político a partir do

questionamento sobre desigualdades de gêneros, da hierarquização das estruturas de poder e pelo empoderamento que versa sobre possibilidades de conquista de autonomia, seja na esfera individual ou coletiva. No caso aqui de análise, a Marcha das Vadias, as ativistas questionam essas desigualdades no que tange à sexualidade principalmente de forma individual: pintando seus corpos, os utilizando como outdoor, carregando bandeiras, cartazes com frases, e também de forma coletiva ao, marcharem nas ruas em grupos.

O fato de ocupar um espaço público semi-nua, de sutiã, com frases escritas de cunho sexual nos corpos, num espaço onde a maioria são mulheres, segundo uma boa parte das ativistas da Marcha das Vadias é um ato empoderador. Para Laura, universitária e feminista de São Paulo:

Acho que usar o corpo na Marcha, mostrá-lo e utilizá-lo como *outdoor* é deixar claro que ele é nosso, que ele não é da propaganda de cerveja que nos objetificam, da revista playboy, da pornografia heterossexual que serve os homens, que ele não é coberto igual o patriarcado espera e nos cobra que ele é nosso e que a gente vai fazer o que quisermos com. Eu estou mostrando meus peitos não porque o macho quer, não é para a revista que o macho quer comprar, mas sim para mim mesma, eu quero mostrar, eu sinto que ele é meu e eu vou fazer o que quiser com ele (...) Esse corpo em marcha é para mostrar liberdade, mostrar que nós somos autônomas sobre ele (Entrevista Laura, 2015).

Na fala de Laura, fica evidente a tentativa de recolocar o corpo no cotidiano de forma em que ele não seja objetificado ou, exclusivamente, para o prazer masculino conforme a ordem patriarcal o colocou. Quando ela critica as propagandas de cerveja e as revistas masculinas, Laura assume o desconforto com a mídia hegemônica, com as propagandas. Tais meios de comunicação reproduzem estereótipos de beleza nos quais a maioria das mulheres não se encaixa e também reproduzem a representação de inferioridade da mulher na sociedade contemporânea, sempre ao dispor do prazer masculino.

O corpo à mostra causa tensionalidade, devido ao controle dos corpos e à soberania que se inscreve principalmente no corpo feminino. Nesse sentido, a cidade, o espaço público tem um papel preponderante. A ocupação desse espaço questiona padrões vigentes e dá novas formas na interação corpo-cidade. Com essa “marcha” a cidade deixa de ser cenário, torna-se outro “corpo”. Segundo Grosz (2003)

A cidade reúne fluxos económicos e informacionais, redes de poder, formas de deslocamento, de administração e de organização política. Inclui também relações sociais interpessoais, familiares e extra-familiares, para além de uma organização de espaço e de lugar com características estéticas/económicas que contribuem para criar um ambiente ou meio semi-permanente, mas mutável (GROSZ, 2003, p.91).

Ou seja, a cidade intermedia a relação entre os indivíduos e o Estado, a cidade é a forma de circulação do poder no espaço urbano, e é nesse ambiente que o corpo feminino torna-se um instrumento político em marcha.

2.2 O corpo e a cidade

Sobre o corpo encontra-se o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que, dele, nascem desejos, desfalecimentos e erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito, já dizia Foucault (1988), a respeito do corpo. A questão do corpo constitui o desafio no sentido de se engajar no momento histórico em que vivemos. Momento, este, que apela a uma "política da vida", como diria Anthony Giddens (1992), em que o corpo é um terreno privilegiado das disputas em torno quer de novas identidades pessoais, quer da preservação de identidades históricas, da assunção de híbridos culturais ou das recontextualizações locais de tendências globais (ALMEIDA, p.4, 2004). O corpo é político, é campo de batalha, o corpo não é apenas matéria, mas uma contínua e incessante materialização de possibilidades. Representar, dramatizar, reproduzir.

Se antes o corpo era um aspecto da natureza, com a invasão do corpo pelos sistemas abstratos (i.e., o conhecimento científico aplicado), o corpo como “self” torna-se um local de interação, apropriação e reapropriação. (ALMEIDA, p.9, 2004). Nesse sentido, questiono: O que acontece com a paisagem social que conhecemos quando centenas de mulheres, todas ao mesmo tempo, começam a ocupar o espaço público? O que muda para essas pessoas que transitam de uma história de invisibilidade social para alguns momentos de (hiper)visibilização política?

Para Nadja Monnet (2009, p. 15), o corpo feminino nas cidades ainda é um “corpo estrangeiro”. Sua aparição pública recorrentemente marca a emergência de uma coletividade “estranha” aos modelos sexistas estabelecidos na vida social – seja pelo

“desconforto” causado por sua presença, seja pela “desconfiança” em relação aos seus interesses políticos. Nesse sentido, pode-se dizer que as manifestações organizadas de mulheres configuraram uma cena ambígua para os valores e percepções construídos no interior da ordem patriarcal. Dessa perspectiva, as práticas corporais são tratadas como algo a ser observado, vigiado e, quando não se enquadrar nos padrões vigentes, devidamente punido. Por isso mesmo, a relação entre corpo e cidade mantém-se como problema fundamental para movimentos feministas da atualidade.

Conforme, Elizabeth Grosz,

A cidade é a condição e o meio no qual a corporalidade se produz social, sexual e discursivamente. Contudo, se a cidade é um importante contexto e enquadramento para o corpo, falta-nos compreender que as relações entre corpos e cidades são mais complexas (GROSZ, 2011, p.91).

É na cidade que o corpo circula, interage mesmo que involuntariamente, através da simples experiência urbana. “A cidade é lida pelo corpo como conjunto de condições interativas e o corpo expressa a síntese dessa interação descrevendo em sua corporalidade” (JACQUES e BRITTO, 2008, p. 182). Essa relação do corpo com a cidade pode ser considerada como uma corpografia urbana, segundo Britto (2008). Isso é uma espécie de:

Cartografia corporal, em que não se distinguem o objeto cartografado e sua representação, tendo em vista o caráter contínuo e recíproco da dinâmica que os constitui. Uma ideia baseada na hipótese de que a experiência urbana inscreve-se, sob diversos graus de estabilidade, no próprio corpo daquele que a experimenta, e simultaneamente também configura sua corporalidade, mesmo que involuntariamente (p.14).

A ideia apresentada é como se o corpo das pessoas e a cidade se misturassem em um corpo só. Essa corpografia seria realizada pelo corpo na cidade, o registro da sua experiência na cidade e tendo em vista o objeto aqui em questão, a Marcha das Vadias. Tal conceito, que ainda é pouco explorado, torna-se interessante, pois a ocupação do espaço urbano, das ruas de grandes centros por centenas de mulheres em “marcha” com seus corpos pintados, utilizando a esfera pública de forma atípica, configura um novo arranjo para a relação corpo e cidade. Com essa “marcha”, a cidade deixa de ser cenário e ganha então corpo, torna-se outro “corpo em bloco”. Dessa relação entre o corpo da/o cidadã/o e esse “corpo urbano” pode surgir outra forma de apreensão urbana, e

consequentemente, de reflexão sobre intervenção na cidade contemporânea (JACQUES; BRITTO, p.82, 2008).

Explorar tal relação pode ser uma chave de leitura significativa para compreender o que ocorre com as Marchas das Vadias. Isso porque a presença de um corpo coletivo (ainda que efêmero), formado por vários corpos individuais, ativa práticas e representações diversas sobre os significados atribuídos às mulheres, ao espaço público e às relações de gênero na vida cotidiana.

As ruas tornam-se um espaço ideal para performances que “corporificam, na encenação da experiência urbana, o descarte, por alguns instantes, de controles que tolhem a invenção (e inversão) de posições sociais nos fluxos urbanos” (RIBEIRO, 2010, p. 31). É interessante ressaltar que a performance funciona como uma espécie de alavanca crítica. A metáfora da teatralidade desloca-se numa tentativa de compreender a nossa condição e as nossas atividades. A performance não recorre a muitos adereços ou a palcos, pois o corpo da atriz em si fica como peça principal e a forma que ela utiliza seu corpo individual é que faz a diferença.

Abaixo, algumas imagens da Marcha na cidade de Campinas (2011) ilustram essa polissemia, multiplicidade de sentidos, que envolve a corporificação da mulher no cenário urbano.

Figura 3 – Marcha das Vadias de Campinas (2014). Fonte: <https://marchavadiascampinas.milharal.org/>



Figura 4 – Marcha das Vadias de Campinas (2014). Fonte: <https://marchavadiascampinas.milharal.org/>



Um aspecto que salta aos olhos quando se observa tais imagens diz respeito à construção discursiva que sustenta e legitima a própria Marcha: a dicotomia entre virgens *versus* prostitutas. Trata-se de uma forma de inscrição corporal que ironiza e denuncia a polarização patriarcal entre privado e público, pois se utiliza e subverte a ideia de que o espaço privado é destinado à virgem, a mulher ‘digna’ e espaço público, à prostituta. “A esfera pública, por oposição à esfera privada, designa o conjunto, jurídico ou consuetudinário, dos direitos e deveres que delineiam uma cidadania; mas também os laços que tecem e fazem a opinião pública”, escreveu Perrot (1998, p.7-8), para introduzir a reflexão sobre a construção que permeou a relação das mulheres com o espaço público e político do início do século XX.

Na explicação de Perrot, o papel da mulher na vida pública sempre cheia de tensões. No mundo ocidental moderno, que construiu a cidadania como um princípio e um valor supostamente universal, as separações das esferas públicas e privadas organizaram a divisão racional dos papéis, das tarefas e dos espaços. As mulheres têm sido vistas como “naturalmente” inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família (OKIN, 2008).

Sofia Aboim (2012) ressalta que

A separação entre público e privado, florescente entre as camadas burguesas das cidades industriais do século XIX, serviu, de fato, para afastar homens e mulheres, delimitando-lhes espaços e funções sociais. Enquanto as qualidades ontologicamente atribuídas ao privado

permaneceram associadas ao feminino e às suas propriedades maternais e afetivas, a esfera pública – da produção industrial e da cidadania política – ficou ligada ao masculino, reproduzindo-lhe a supremacia e o lugar de chefe de família (Boim, 2012, p.99).

Essa conjuntura mudou, de certa forma ao longo do século XX, porém, ainda no mundo ocidental, o sistema patriarcal, onde o ideal de família burguesa reproduzia tão bem, não tem cessado de sofrer reveses, à medida que mulheres derrubam fronteiras e alcançam conquistas em espaços que antes, pelo menos idealmente, não lhes eram destinados. Os direitos sociais das mulheres no século XXI vêm progressivamente legitimando as mulheres no espaço público, e, além disso, a crítica elaborada pelo movimento feminista contribuiu largamente para desconstruir visões do público e do privado como esferas neutras;

Pelo contrário, mostrou que é nessa relação que as desigualdades de gênero são produzidas. Em segundo lugar, para além de descobrir o caráter generificado do binómio público–privado, um dos pontos fortes da argumentação feminista consistiu em chamar a atenção para a forma como o privado foi desvalorizado na construção política das sociedades. Por conseguinte, fazer do privado – domínio privilegiado de uma ordem de género patriarcal que pressupõe como sabemos, a dominação do masculino sobre o feminino – um assunto público é tarefa essencial no processo de obtenção de igualdade social (Boim, 2012, p.106).

Nesse sentido, a aplicação do termo “público”, segundo uma perspectiva de gênero encerra alguns paradoxos interessantes. Ao homem público correspondia a virtude cidadã; à mulher pública, o estigma da desonra por oposição à mulher privada, pura e honrada.

Assim, a retomada da discussão a respeito dos espaços públicos/privados e suas desigualdades de gênero, tem sido feito pela Marcha das Vadias, no modo em que elas se colocam nas ruas, em suas performances, dentre outros aspectos.

2.3 Direito à cidade

Direito à cidade é um direito coletivo onde os interesses comuns se sobrepõem aos interesses particulares a fim de que todos/as que nela habitam, usem e possam

usufruir de maneira digna o espaço urbano. O direito inclui não apenas o uso dos espaços já existentes, mas em definir e criar o que deveria existir conforme as necessidades vitais humanas com participação democrática do ambiente urbano (HARVEY, 2003). As estruturas urbanas não são as únicas responsáveis pela insegurança nesses espaços, o poder público e as políticas públicas devem voltar o olhar aos fatores sociais que tornam certos grupos, como as mulheres, vulneráveis à violência.

Para Harvey (2003), nós moldamos a cidade e a cidade nos molda. A cidade não é um cenário estático, é um organismo dinâmico que constrói os valores da sociedade. Conhecer e utilizar o espaço da cidade é o direito de apropriar-se dos espaços públicos, as práticas cotidianas de apropriação e reapropriação desse espaço transformam-no no meio através do qual se produz a noção de cidadania. Essa noção hegemônica de cidadania vem sendo questionada pela literatura feminista. A noção de cidadania mostra como as mulheres têm sido discriminadas nos espaços desde o lar (esfera privada) aos espaços urbanos (esfera pública).

Para analisar o direito à cidade, questionando a noção liberal de cidadania, é necessário considerar várias identidades diferentes que habitam no contexto da cidade. Uma multiplicidade de corpos, que incluem combinação de identidades sociais, como gênero, raça, classe social, etnia, religião, orientação sexual, capacidades físicas, e outros fatores que se entrelaçam e podem contribuir para uma vivência desigual que resulta em discriminação e violência de acordo com o sistema de poder e opressão que as afetam, principalmente numa desigualdade de gênero, tendo em vista que as mulheres encontram-se mais vulneráveis a violências no espaço público. Os direitos coletivos das mulheres em relação à cidade são violados cotidianamente.

As práticas cotidianas das mulheres são produto das relações de gênero, as discriminações e desigualdades nessas construções são resultados da ordem patriarcal, que separa as esferas públicas e privadas, fazendo com que a vivência da mulher no espaço urbano seja diferenciada e mais precária que a do homem. Expressando-se nos sentimentos de medo e insegurança que fazem com que as mulheres muitas vezes acabam excluídas desses espaços.

A preocupação por parte das mulheres ao risco de violência sexual, fazendo com que elas evitem usar certos serviços e transitar por certas zonas que consideram perigosas é grande e limita assim sua mobilidade em função desse medo. Essas medidas estão ligadas, principalmente, à infraestrutura urbana e ao transporte público que não são pensados na segurança das mulheres que correm risco de violência em locais

escuros, com falta de iluminação adequada nas ruas e parques, além da recorrente redução do serviço de transportes em determinados horários, aumentando a insegurança à noite.

Segundo a pesquisa “Cidades Segura”, entre as mulheres que estudam 27,5% relataram ter sofrido algum tipo de assédio, muitas delas relatam que a distância do trajeto da casa à escola, a demora do transporte público, estudar no turno da noite e falta de transporte escolar são fatores importantes para insegurança 80% dessas mulheres relataram sentir medo de esperar o ônibus sozinhas.

Segundo o relatório *As mulheres e a cidade*²³,

Há uma grande dificuldade de se pensar a violência contra a mulher em espaços urbanos no Brasil. Apesar da importância do tema ser reconhecida, há uma forte tendência a associar a questão da violência de gênero ao âmbito doméstico. Ainda não temos leis e políticas específicas no país que tratem da questão da violência contra as mulheres em espaços públicos. O que existe são mecanismos legais que preveem a punição a atos que atentem contra a vida, liberdade e igualdade de qualquer cidadão – entendendo que homens e mulheres são iguais perante o Estado Brasileiro (2011).

Para quase metade das mulheres, o medo está presente dentro do transporte público, muitas já foram assediadas utilizando este serviço, em geral a precaução que tomam é evitar sentar nos bancos de trás do ônibus²⁴. O medo da violência nas ruas levaram essas mulheres, principalmente as pertencentes a classe trabalhadora, a mudar a forma de se vestir, 40% delas deixaram de usar certos tipos de roupa. Lembrando que, mesmo dentro dos ônibus e metrô/trens, as mulheres são assediadas, constrangidas e violentadas. Em algumas cidade, há vagões de trens e metrô exclusivos para mulheres, o que não resolveu o problema por elas enfrentado.

Considerando tais questões, percebe-se que as mulheres são impossibilitadas de desfrutarem plenamente dos espaços urbanos principalmente por medo e insegurança de sofrerem assédio e violência. Desse modo, ocupar as ruas de forma em que os corpos

²³ Como resultado do projeto piloto Cidades Seguras para as Mulheres, a ActionAid Internacional produziu os relatórios *As Mulheres e a Cidade* (2011) e *As Mulheres e a Cidade II: examinando o impacto de gênero sobre a violência e urbanização* (2012), que estão disponíveis em: <http://www.actionaid.org.br/publicações>

²⁴ Fonte: Pesquisa cidade segura para as mulheres, organizada pela ActionAid Brasil e suas organizações parceiras (2014).

femininos fiquem expostos, torna-se uma ferramenta de questionar o alto índice de violência sofrido e mostrar que mulheres não estão passivas e submissas.

2.4 O corpo em Marcha

A liberação dos corpos está no centro da pauta das manifestantes da Marcha das Vadias. Nelas, os corpos são ressignificados por meio do uso político da nudez. Segundo Helene (2013),

As lutas de libertação das mulheres têm historicamente o caráter da escala do corpo: do controle de fertilidade às políticas de aborto, punições às violências sexuais e outras invasões ao corpo da mulher sem consentimento, maneiras de se vestir, mutilação/alterações corporais marcadas pelo gênero, chegando aos lugares que o corpo da mulher pode acessar na escala urbana, saindo do âmbito “doméstico”, para as ruas (HELENE, p.69, 2013).

Do ponto de vista de várias mulheres que participam das Marchas, a produção e o desenvolvimento de seus corpos também parecem ser percebidos como uma estratégia potencialmente libertadora. As ruas, portanto, tornaram-se palco de manifestações e de questionamentos, pois a experiência urbana se inscreve nos corpos ao mesmo tempo em que os corpos ficam inscritos nas cidades. Segundo uma das integrantes da Coletiva Vadia de Campinas, o corpo seminud e pintado não estava mais em evidência no espaço público.

Colocar o corpo em evidência no espaço público de forma não convencional, não é fácil. Quebrar estereótipos, questioná-los, propor a aparição de um corpo que fuja dos padrões de beleza hegemônicos têm sido algumas propostas da marcha. Tal assunto não é atual no feminismo, já tem sido discutido há algumas décadas o quanto o corpo feminino é estereotipado na mídia, nas propagandas. Enquanto o corpo feminino se tornava objeto de um discurso altamente eficiente e normatizador de suas práticas, (BONAN, 2004) os novos meios de comunicação, como revistas voltadas para o público feminino, vendiam referenciais nas colunas de beleza, saúde, higiene, etiqueta, que contribuía para a formulação de um padrão de feminilidade, cujos elementos de fragilidade física, de forte emotividade, de moral flexível, pouca racionalidade e pertencimento exclusivamente ao âmbito privado, eram constantemente reafirmados.

Porque as ativistas intituladas de vadias retomam tal discussão? De fato, houve avanços no que diz respeito à mídia, produções de revistas nos conteúdos das colunas de beleza, saúde, porém tais meios de comunicação ainda reforçam determinados tipos de construção no que diz respeito às mulheres. Não foram rompidos totalmente os padrões, há resquícios da ordem patriarcal claramente.

A mídia define então o que considera perfeito, adequado e desejável, porém no campo do inatingível, do ideal. E mais uma vez, sustentada pelo discurso científico, a cultura de massa determina enquanto saudável o corpo jovem, o peso ideal, a massa corpórea já calculada, a moda, o comportamento e tudo o que possibilita a sustentabilidade da busca desenfreada por tais ideais. E aí estarão incluídos os investimentos na indústria cosmética, nos medicamentos de controle de humor e abolição de angústias, nos procedimentos estéticos e cirúrgicos, nos produtos de beleza, nas mensagens subliminares dos ícones representativos de saúde, beleza, jovialidade e por consequência a própria felicidade já embutida na publicidade em geral, e em tudo o que for possível para se construir uma identidade ideal, porém de consumo imediato e descartável, porque os detalhes irão mudar muito rapidamente (Rueda, 2011, p.6).

O esforço feito pela Marcha de deixar as mulheres à vontade, no que diz respeito aos seus corpos, pode ser considerado como um ato de resistência a essas imposições feitas pelos padrões estéticos. Tais padrões produzem uma “violência simbólica” sobre as mulheres, suas expectativas em torno de seus corpos, comportamentos ficam atravessados pelo controle ‘invisível’ da mídia. E isso, hoje, se torna responsável por um grande número de doenças de ordem psíquica e física, reforçadas muitas vezes por um sentimento de inadequação consigo próprias, baixa autoestima, e avaliações e julgamentos negativos outros, podendo significar fatores de risco para transtornos alimentares (RUEDA, 2011 p.7).

Sobre esse aspecto, o ato de marchar de sutiã, seminua no espaço público, segundo uma das ativistas:

Empodera demais a gente ficar de sutiã, ou sem se você é fora do padrão, quando você consegue se sentir livre o suficiente ou segura, porque você só consegue fazer isso nesse ambiente de marcha, que está cercada por muitas outras mulheres e que você sabe que tem ali outros corpos que estão junto com você porque a possibilidade de sofrer violência é muito grande, pós a marcha e durante também, se você não se sente segura você não consegue ficar de sutiã. O quanto isso empodera a gente, de você se aceitar e valorizar. Na primeira Marcha eu não fiquei de sutiã, na segunda Marcha eu fiquei, e

tinha acabado de sofrer uma violência sexual três meses antes e isso foi um marcador de águas para mim, o quanto aquilo me empoderou (Entrevista Ana, 2015).

Segundo a fala da ativista, o fato de ficar de sutiã ou sem ele, dá a sensação de poder principalmente se a mulher se mostrar fora do padrão estético convencional, magra, alta e branca. É como se estivesse exercendo uma resistência perante toda imposição feita através dos mais diversos meios e de construções sociais: utilizando seu corpo como campo de batalha, instrumento de luta. Nesse sentido, percebo que o enfoque da Marcha das Vadias de Campinas tem sido voltado principalmente para as questões relacionadas ao corpo. Há uma necessidade de questionar padrões estéticos, de beleza, de formas corpóreas e isso faz-se presente nas falas das integrantes da Coletiva Vadia de Campinas, esses questionamentos se dão através da intervenção do corpo nas ruas, um corpo-político.

Tal intervenção “corpo-político” na cidade é possivelmente, uma das principais contribuições das Marchas das Vadias para as lutas e os movimentos feministas na atualidade. Entretanto, a questão das manifestações coletivas não se limita à interação “face-a-face”. A internet torna-se uma continuação dessa interação ou a organiza, traz consigo contribuições positivas e negativas. Então, no meio virtual, para onde o corpo da marcha vai?

A internet torna-se um território eletrônico por onde é permeado relações de poder e processos de subjetivação que caracterizam as experiências e produções de ativistas, feministas. Segundo Takara:

As apropriações em diversas localidades, as várias culturas e as diferentes identidades e organizações transformam a relação entre os indivíduos na sociedade. Há um aumento significativo do consumo e, com ele, repensam as condições de vida das pessoas. Os jovens se interessaram em experimentar outras formas de comunicação além das mídias de massa. As tecnologias de informação e comunicação integram os indivíduos em outra configuração espaço-temporal: o território midiático. (TAKARA, 2013, p. 21)

A internet ganha o status de território midiático na medida em que se populariza e também torna-se cenário em que ocorrem relações de poder. Na medida em que o ciberespaço é apropriado pelas diversas ativistas, pode-se observar o surgimento do ciberativismo. A apropriação de mídias não hegemônicas (em especial a internet) e a criação de uma rede de colaboratividade de textos e informações permite a

disseminação das discussões que tangem à liberação do corpo feminino e, aparentemente, mantêm um debate contínuo sobre o assunto. Desse modo, as redes de comunicação digital são um componente indispensável na prática e na organização da Marcha das Vadias. Hoje, as redes sociais são decisivas para mobilizar e difundir o movimento.

Nesses espaços, há, de certa forma, maior liberdade de expressão por parte das mulheres. Para Laura, participante da Marcha de São Paulo, o espaço da rede social contribuiu para a troca de informações entre mulheres. Ela relata que:

Eu uso muito as redes sociais, eu já publiquei relato meu, eu leio relatos, compartilho relatos e acho que essa troca dinâmica é muito importante e a internet ajuda muito porque a gente cria vínculos. Eu participo de muitos grupos via facebook, e mulheres de toda parte do Brasil compartilham violências sofridas, se ajudam. Há uma sororidade via internet. Isso aproxima as mulheres e dá para praticar mais a sororidade entre a gente e não só de quem está ao nosso lado fisicamente, ultrapassa esse limite (Entrevista, 2015).

Destarte, a utilização das novas tecnologias tem colaborado, para o surgimento de novas configurações do corpo, novas possibilidades de relações entre os indivíduos e entre os meios, bem como novas formas de utilização do espaço público x privado e do tempo. Nesse contexto, o corpo tem sido um elemento chave de discussão e recriação (LEVY, 2003; DOMINGUES, 1997). As distâncias não são mais as mesmas, são redefinidas, transpostas, encurtadas e ao mesmo tempo prolongadas. Nesse movimento, possibilitam um diálogo entre novas velocidades, ritmos e espaços, mas também inviabiliza relações “face-a-face”, o corpo material em si, some.

Assim, não há possibilidade de se pensar a Marcha das Vadias sem associá-la às redes sociais. Essa redefinição de distâncias traz aspectos interessantes de análise a respeito do feminismo na contemporaneidade. Sobre este assunto, o capítulo seguinte discorrerá.

3. Movimentos sociais; ação coletiva e ciberativismo

Desde a década de 1990, os movimentos sociais vêm utilizando a internet e outras novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) para organizarem, mobilizarem protestos e ações coletivas – o que pode ser designado como ciberativismo. Esse fenômeno é relativamente novo. Ele tem sua primeira grande expressão com a revolta Zapatista em 1994 no México. Na academia brasileira, por exemplo, o tema consolidou-se como objeto de estudo apenas na primeira década do século XXI (ARAÚJO, 2011). A ABCiber (Associação brasileira de pesquisadores em cibercultura), instituição que visa agregar os estudos em cibercultura no país, foi criada apenas em 2006 (AMARAL; MONTARDO, 2010) ou seja, isso demonstra o quão é atual o tema.

Para Jorge Alberto S. Machado (2007, p.250), as tecnologias, como a internet, não apenas se tornaram instrumentos de fundamental importância para a organização e articulações de coletivos sociais, como também proporcionaram a formação de novos movimentos sociais e novos ativismos. Estas passam a se caracterizar com base em uma atuação cada vez mais em rede, pela constituição de amplas coalizões e pelo enlaçamento ou agregação de grupos identitários, como é o caso das redes que se desenvolvem para discutir feminismo e realizar atividades, manifestações. O autor retrata o impacto dessa nova forma de articulação nos novos arranjos de movimentos sociais:

A matéria-prima básica dessa nova forma de organização é a informação gerada e eficazmente distribuída. Este poder resulta da ampliação da capacidade de produzir, reproduzir, compartilhar, expressar e difundir fatos, ideias, valores, visões de mundo e experiências individuais e coletivas em torno de interesses, identidades e crenças – e em um espaço muito curto de tempo. A possibilidade de comunicação rápida, barata e de grande alcance faz atualmente da Internet o principal instrumento de articulação e comunicação das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos de cidadãos. A rede se converteu em um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores sociais para ampliar o alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes (Machado, 2007, p.268).

No Brasil, na última década, emergiram manifestações de vários cunhos, como contra o aumento do preço do transporte público, violência contra as mulheres, e, posteriormente, por outras demandas as quais tiveram princípios de ação

compartilhados através de vídeos no YouTube, páginas no Facebook e mensagens no Twitter. Com isso, as redes sociais têm tido um papel preponderante na visibilidade, cobertura e organização dessas mobilizações.

A partir de tais mobilizações, a emergência e a popularização das NTICs, especialmente da internet, alteraram as dinâmicas de ação coletiva, “mudando a maneira pela qual os ativistas comunicam, colaboram e manifestam” (GARRETT, 2006, p. 2002). Esses NTICs podem ser entendidos como o conjunto convergente entre “[...] microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicações/rádiodifusão e optoeletrônica [...] a engenharia genética e seu crescente conjunto de conhecimentos e aplicações” (CASTELLS, 1999, p. 68). Segundo Castells, as junções desses campos tecnológicos permitiram o surgimento da internet.

Com isso, as formas de representação e participação na política contemporânea vêm sofrendo modificações, não só no que diz respeito à pluralização dos atores políticos, mas também no que se refere aos espaços onde tais processos são exercidos. Para esse aspecto, Castells (2013) considera que “Os movimentos sociais em rede de nossa época são amplamente fundamentados na internet, que é um componente necessário, embora não suficiente, da ação coletiva.” O autor continua relatando que as redes sociais digitais tornam-se ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir, criando assim condições para uma forma de “prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se (p.165)”.

É interessante ressaltar o conceito de ação coletiva, devido ao fato de que muitas dessas expressões de movimentos na contemporaneidade têm sido definidas como ações coletivas. Segundo o cientista político Sidney Tarrow (2009), a teoria da ação coletiva põe pessoas com afinidades em confronto com opositores, elites ou autoridades. O autor afirma que

A ação coletiva pode assumir muitas formas – breve ou sustentada, institucionalizada ou disruptiva, monótona ou dramática. A maioria delas ocorre no interior de instituições, através de grupos constituídos que agem em nome de exigências novas ou não atendidas e que se comportam de maneira que fundamentalmente desafia outros ou as autoridades (p.19).

Ação coletiva de novos movimentos sociais tem diversas formas, porém, o ponto de partida é o mesmo: desafiar autoridades, questionar padrões instituídos e, diferente de movimentos sociais consolidados, a ação coletiva tem relação com expressões mais espontâneas, essas ações são organizadas de maneira mais horizontal. Porém, organizações virtuais de cunho fascista também tem se difundido, embasado em discursos de ódio.

Na década de 1960, se revitalizou o estudo de movimentos sociais, tanto na Europa como nos Estados Unidos, segundo Tarrow (2009). O estudo da ação coletiva na academia passou a ser visto, para além de como as classes lutam e o Estado governa, mas também como uma política de “identidade”, ou seja, como se a ação coletiva fosse possível entre indivíduos guiados por interesses próprios, a qual se fortaleceu na década de 1980. Por volta dos anos 1980, surgiu um modelo alternativo, enfatizando a participação informal e a democracia interna (FANTASIA, 1988; ROSENTHAL & SCHWARTZ, 1990).

Nesse aspecto, Nancy Fraser (2001) relata a luta de grupos mobilizados sob as bandeiras da etnicidade, raça, gênero e sexualidade e que se propuseram a desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento, uma teoria que identifique e defenda apenas versões da política cultural da diferença que possa ser coerentemente combinada com a política social da igualdade (2001, p. 246). Assim, as questões relacionadas às lutas das mulheres se consolidaram no campo dos estudos dos movimentos sociais, principalmente a partir da década de 1970.

Para Tarrow (2009), a cultura da ação coletiva é feita de quadros interpretativos e de emoções que visam tirar as pessoas de sua submissão, mobiliando-as para a ação em cenários conflituosos. O movimento social moderno é um fenômeno multiforme, indo desde protestos que atacam simbólica e fisicamente o sistema dominante até movimentos que estão no âmbito da política convencional (2009, p.137).

Em um cenário de conflito, tendo como base questões de gênero, surgiu a Marcha das Vadias, primeiramente no Canadá, Toronto e logo em seguida se disseminando por todo o nosso país. Assim, pode-se afirmar que a Marcha das Vadias é uma organização espontânea²⁵, como resposta a uma realidade no que diz respeito às mulheres. Por ter essa característica de espontaneidade de início e formação, acaba reduzindo a necessidade de liderança formal e, além disto, embora os movimentos

²⁵ Através das releituras de teorias vigentes dos movimentos sociais, resultou-se a categoria de análise: espontaneidade (GOHN; BRINGEL 2014, p.22).

tenham em geral sua base no espaço urbano, na rua, mediante manifestações, ocupações, sua existência é contínua na internet.

A horizontalidade das redes favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo em que reduz a necessidade de liderança formal (CASTELLS, 2013). Vale ressaltar que há certa rejeição dos/das jovens ativistas aos representantes políticos e partidos políticos, devido ao sentimento de traição e manipulação em sua experiência com a política instituída (CASTELLS, 2013, p.162).

Nesse sentido, na Sociologia e na Ciência Política, pesquisadores/as têm se debruçado em estudos sobre o perfil político do/a jovem (FUKS, 2012); e também sobre as investigações a respeito da participação política. Em tais pesquisas, encontram-se evidências de que as estruturas e os processos associados aos ambientes familiar e escolar têm consequências substantivas no perfil político do/a jovem e, futuramente, do/a adulto (FUKS, 2012, p.89).

É interessante observar que há um recorte de classe imbricado nessa questão, pois jovens de classe média/alta, cujos pais têm alta escolaridade e aqueles que frequentam escolas que oferecem condições favoráveis para a aquisição de conhecimento político, aprendem mais sobre política. Para Fuks (2012), em geral, a escolarização transmite conhecimento político entre gerações, de tal forma que o/a jovem que tem pais com alta escolaridade também está matriculado/a nas escolas mais bem servidas de recursos informacionais. Porém, jovens formados/as por pais com baixa educação formal, mas com alto nível de ativismo político, têm boas chances de acumular um estoque considerável de conhecimento político (FUKS, 2012, p.90).

A Marcha das Vadias no Brasil é uma expressão de movimento social composta por uma grande parcela de jovens, mulheres, universitárias, em sua maioria classe média, e a demanda geracional está presente de forma candente. Tal questão requer um fôlego teórico, principalmente no que tange à compreensão subjetiva dos/as atores/atrizes sociais a respeito de suas ações e relações com instituições políticas.

Assim, um espaço onde discussões são fomentadas e ações conjuntas também é o espaço universitário. No caso das ativistas das Marchas das Vadias, não é diferente. No Canadá, Toronto, foi na universidade que se deu início a toda mobilização da primeira manifestação, como já citada no capítulo 1 desta dissertação.

Elias (1997), ao analisar em sua obra “Os alemães”, as tendências comportamentais no que diz respeito aos/as jovens e as mudanças nos padrões europeus de comportamento no século XX observa que existe uma relação direta entre a

sociedade e os comportamentos dos/das jovens, de modo que suas atitudes de agir perante autoritarismos acabam refletindo nas Universidades. Segundo o autor: (...) “O desenvolvimento das universidades depende do desenvolvimento global da República Federal. Se as tendências autoritárias desta última forem fortalecidas, elas também serão mais fortes nas universidades.” Ou seja, se o autoritarismo estiver intenso nas sociedades, esse tipo de tendência pode torna-se forte no âmbito acadêmico e vice-versa.

Porém, de maneira geral, há resistências para se inserir nos assuntos que tangem à política contemporânea brasileira, e tal desinteresse insere-se

Num amplo debate contemporâneo relacionado à fragilidade dos mecanismos que engendram a solidariedade nas sociedades modernas. Se o que distingue a vida social não é o somatório de indivíduos e nem de instituições, mas envolve “algum tipo de transcendência da condição de cada um na direção de outras pessoas” (Domingues, 2002, p. 172), há que se admitir que vivemos em sociedades marcadamente voltadas para o consumo individual e, portanto, expostas à erosão da solidariedade e à escassez de pressupostos de responsabilidade ética (MESSENBURG, 2015, p.22).

O fato de vivermos em sociedades voltadas a individualidade dificulta a solidariedade entre os indivíduos. Os processos provocados pela globalização resultam na corrosão das estruturas de coesão interna nas sociedades contemporâneas. A diferenciação social é um desses processos e está relacionada com fenômenos bastante visíveis nas sociedades contemporâneas, como a acentuação das desigualdades, a crescente marginalização de certas camadas e, principalmente, a gradual destruição das solidariedades sociais.

Nesse contexto, emergem expressões de movimentos que ocupam o espaço público de múltiplas maneiras, organizando-se de forma espontânea. Como já citado, a Marcha das Vadias é um exemplo de ação coletiva, que está em curso e que utiliza as redes sociais como extensão da manifestação em rua. São nas redes que as ideias surgem. A considerada mídia independente²⁶ cumpre papel preponderante na Marcha, pois, através dela, vídeos são divulgados, nos *blogs* as ativistas das Marchas das Vadias

²⁶ Rádios comunitárias ou rádios-pirata, jornais de baixa circulação e fanzines, blogs.

expõem suas opiniões, questionam imposições, dão visibilidade às suas lutas, agendas políticas e, através dos fóruns de discussões, geram debates com seus pares.

Esses espaços de visibilidade das redes mostram outras lógicas e difundem práticas de ser. Ao analisar as visibilidades femininas nos espaços dos *blogs*, Friederichs (2009, p. 146) visibiliza que as narrativas que constroem espaços de significação nas redes oferecem formas de pensar e ler o mundo. O movimento de análise, nesta perspectiva, oferece uma potencialidade de criação. Desse modo, ao dialogar com as mulheres inscritas nos *blogs*, a autora espera que suas leituras “possam suscitar ideias, resistências, discordâncias. Que não seja um texto meio morno, meio morto. Mas que perturbe, provoque outras possibilidades, em espaços (im) possíveis” (FRIEDERICHS, 2009, p. 146).

Sandie Plant, em seu livro “A mulher digital” (1999), descreve que as mulheres eram o objeto da informação, mas nunca o sujeito na comunicação, mas com o tempo, passaram a utilizar as tecnologias – que a priori foram criadas para modificar a regulamentação, contenção e controle, como ferramenta de ‘emancipação’ e militância, as mulheres tem se apropriado desse espaço para ampliarem o debate sobre o feminismo e se mobilizarem, como foi citado acima.

A utilização das novas tecnologias tem colaborado para o surgimento de novas configurações do corpo, novas possibilidades de relações entre os indivíduos e entre os meios, bem como novas formas de utilização do espaço e tempo. Nesse contexto, o corpo tem sido um elemento chave de discussão e criação (Lévy, 2003; Domingues, 1997).

As distâncias não são mais as mesmas, são redefinidas, transpostas, encurtadas e, ao mesmo tempo, prolongadas. Nesse movimento, possibilitam um diálogo entre novas velocidades, ritmos e espaços. Frequentemente a palavra virtual tem sido utilizada para justificar a ausência da existência, a não realidade, a ilusão. Porém, alguns estudos como os de Lévy (2003), Couto (1998), Ferreira (2001) e Le Breton (2003) apontam outras perspectivas de significação do meio virtual. “Em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes” (Lévy, 2003, p. 15).

Assim, a tecnologia invade o corpo e passa a compor seu repertório. As percepções do corpo são alteradas, não se fala mais em um corpo individual, mas em um hipercorpo híbrido e mundializado, que pode exercitar uma série de emoções possibilitadas pelos avanços dos aparelhos eletrônicos (Ferreira, 2001). A Marcha das

Vadias vem se apropriando dessas ferramentas para se consolidar e dar visibilidade à luta feminista.

Nessa perspectiva, a análise da utilização das redes sociais oferece pistas das representações em que as ativistas tentam romper indo às ruas e questionando padrões. Um exemplo disso é o blog da Marcha das Vadias de Campinas²⁷, que através da internet divulga os balanços das atividades, atos para além da Marcha das Vadias, textos relacionados à descriminalização do aborto na América Latina e Caribe, chamada para reuniões, dentre outros assuntos. Através da página do *facebook* também são divulgados fotos das atividades, notícias, vídeos relacionados às lutas das mulheres, os quais serão discutidos no próximo ponto.

3.1 O ativismo nas redes sociais: sobre o quê elas discutem?

A ideia de rede²⁸ surge representando os tempos atuais e precisa ser analisada e melhor compreendida. Essa forma de organização vem conquistando novos espaços e formas de agir baseadas na colaboração e cooperação entre os segmentos envolvidos (MACHADO; TIJIBOY, 2005). Nas últimas décadas, tem crescido o movimento de atuação em redes através de múltiplas iniciativas de coletivos feministas, grupos integrados a movimentos estudantis, setoriais de partidos políticos, dentre outras organizações.

Atualmente, a internet faz parte integral da vida do ser humano, apesar de que a inclusão digital ainda ser um problema, pois não são todas as pessoas que possuem acesso às novas formas de comunicação. Essa ferramenta revolucionou a forma de pensarmos, agirmos, comunicarmo-nos, e principalmente, a forma organizacional de movimentos sociais, democratizando a informação. Embora muitos/as pensadores/as defendam que a internet pode conduzir ao isolamento social, as redes sociais são plataformas que podem servir para unir internautas com ideais semelhantes

²⁷ <https://marchavadiascampinas.milharal.org/>

²⁸ A arquitetura das relações em redes emerge na sociedade contemporânea como uma nova forma de relação distribuída, conectando diferentes elementos numa teia dinâmica e diferindo do antigo modelo de relações hierarquizadas. Essas formas vêm conquistando novos espaços e formas de agir baseadas na colaboração e cooperação entre os segmentos envolvidos. (MACHADO; TIJIBOY, 2005, p.2)

(CASSIANO, p.9, 2011). A eficácia desses ativismos, que começaram na internet, existe graças ao território on-line democrático e livre, o qual as pessoas podem se expressar e impulsionar debates dos mais variados.

A comunicação em rede tem sido explorada como instrumento de ativação de movimentos sociais e culturais como é o caso da Marcha das Vadias. Com o propósito de driblar os meios de comunicação tradicionais, os ciberativistas usam a internet para se manifestarem e ampliarem o espaço de difusão de suas ideias, superando fronteiras. “A cyberdifusão de determinadas informações e/ou repertórios de conflito é uma das grandes características que diferenciam a internet de outros meios de comunicação de massa” (PEREIRA, 2011:8).

A maneira com a qual a mídia hegemônica faz a cobertura dos movimentos sociais é afetada pela estrutura da indústria da mídia. Segundo Castells (2009), a influência da mídia sobre a percepção das ações dos movimentos é uma linha tênue, pois há interesse em passar uma imagem que desmobiliza o movimento, dando prioridade aos aspectos violentos ou bizarros. Dessa forma, a mídia “acentua as tensões entre militantes que existem em qualquer conjunto de ativista” (KIELBOWICZ; SCHERER, 1986, p.86), incentivando elementos disruptivos ou violentos em movimentos que, de outra maneira, seriam pacíficos (CASTELLS, 2009, p.152).

Como resposta a tais questões, dentre outras que englobam a mídia hegemônica, e como os movimentos sociais são retratados, a mídia independente, os *softwares* livres²⁹ têm sido utilizados por coletivos, grupos, com o intuito de difundir informações e reivindicações sem mediação, de buscar apoio e mobilização para uma causa; criar espaços de discussão e troca de informação. Muitos teóricos de influência Gramsciana (COX, 1999) acreditam que as redes constituem uma potencial expressão de participação genuinamente democrática, nas arenas até então monopolizadas pelo Estado e por corporações transnacionais, sendo que a Internet é considerada essencial para que essas redes se desenvolvam (p.256).

Através das redes sociais, as atividades da Marcha das Vadias de Campinas, e de outras cidades, disseminam suas ideias, pautas de reivindicações, assuntos considerados relevantes. Há, sem dúvidas, novos formatos de organização de movimentos sociais, que ampliam as formas de comunicação. A cibercultura (LEMOS, 2002) solta as

²⁹ É um software que pode ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído sem restrição. Há liberdade de executar o programa, para qualquer propósito, de redistribuí-lo e aperfeiçoá-lo (CAMPOS, 2006).

amarras e desenvolve-se de forma onipresente, fazendo com que não seja mais o/a usuário/a que se desloque até a rede, mas a rede que passa a envolver os/as usuários/as e os objetos numa conexão generalizada (LEMOS, 2005).

Segundo uma das integrantes da Coletiva Vadia, a organização da Coletiva é feita principalmente via e-mail, pois através do e-mail há uma pré-organização, são disponibilizadas atas de reuniões, tarefas são divididas, textos são escritos coletivamente, e principalmente, através de um software livre de edição, são finalizados os materiais que compõem o blog (Entrevista Ana, 2015).

Já para outra ativista da Coletiva: “Se ciberativismo for uma continuação da luta das ruas, as redes sociais, considero que somos ciberativistas, sim” (Entrevista Bia, 2015). Através do campo, percebi que há uma inquietação sobre a relação das redes sociais e a Marcha das Vadias. As militantes possuem o receio de serem consideradas ativistas só nas redes sociais, sem ação no espaço público concreto. Para Ana:

Acredito que a rede é uma ferramenta e não o fim. Nós nos organizamos via rede, mas sempre pensando em atividades de ocupação do espaço público. A rede para mim não é espaço público, a forma como a informação chega a um público específico, a uma classe específica e a possibilidade dessa informação chegar completa é mínima, pois a maioria das pessoas só leem as manchetes, leiam uma parte do texto. Nossa finalidade é na relação cotidiana de espaço público, de ocupação desse espaço, seja nas reuniões, nas praças, nas formações internas com outros coletivos (Entrevista Ana, 2015).

Há um esforço por parte das ativistas de não ficarem restritas aos espaços virtuais, de equilibrar a militância nas redes com as ruas. A Marcha torna-se uma expressão de movimento quando ocupa o espaço urbano. Castells (2013), sobre esse aspecto, afirma que “O espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protestos”. É um híbrido de cibernética e espaço urbano. Assim, as distâncias não são mais as mesmas, são redefinidas, recolocadas.

As páginas nas redes sociais e os textos no blog cumprem papel preponderante na disseminação de ideias e discussões. Segundo análise do conteúdo escrito na página de facebook de outubro de 2014 a outubro de 2015, o assunto mais discutido foi a discriminação do aborto no Brasil. As moderadoras da página do facebook compartilharam notícias à respeito do tema, como eventos, mesas de discussões, a relação do aborto em outros países que não o Brasil. Foi considerado também por elas o

“aborto masculino” – quando um homem não assume seu filho e toda responsabilidade recai à mãe.

A legislação brasileira em relação à prática do aborto é uma das mais restritivas, permitindo-o apenas em caso de estupro ou de risco para a vida da mãe. O movimento feminista brasileiro busca alterar o marco legal, tendo por objetivo o reconhecimento por parte do Estado da interrupção voluntária da gravidez como comportamento lícito (Barsted, 1997). O movimento feminista no Brasil tem uma atuação histórica com relação ao tema. Segundo Camargo (2009), em 1970 foi realizada a primeira manifestação pró-aborto, no Rio de Janeiro, devido ao fechamento de uma clínica. A partir desse momento, o debate deixou de ser interno às femininas e ganhou expressões públicas.

A discriminação do aborto, não é uma pauta nova para o movimento feminista. Há décadas, os embates entre ativistas e Estado têm sido travado. Porém, para as ativistas da contemporaneidade o corpo assume um significado mais amplo. Sorj e Gomes (2014) sobre esse aspecto ressaltam que:

Ter autonomia sobre o corpo extrapola o tema do controle da reprodução e da saúde e a articulação de políticas públicas correspondentes, e passa a se referir principalmente a um modo de experimentação do corpo que, embora não prescindida de transformações na política, na cultura e nas relações interpessoais, é vivenciado como subjetivo. Assim, nas marchas, a sensualidade dos corpos é celebrada; os padrões de beleza feminina são questionados por corpos que reivindicam pelos e diferentes formatos; a menstruação é positivamente assumida. A nudez, importante instrumento de impacto nas marchas, parece condensar a um só tempo a capacidade de criticar as normas de gênero e de expressar este modo subjetivo de “libertação” do corpo (SORJ; GOMES, 2014, p.438).

Outros aspectos foram inseridos para além da relação dos direitos reprodutivos das mulheres. A Marcha traz consigo novos artefatos. A sexualidade feminina é colocada à mostra e a nudez é um dos principais instrumentos no ato de marchar. Desse modo, antigas e novas pautas do movimento feminista se misturam nas redes sociais, e se estendem as ruas em formato de manifestações e atos.

3.2 Aborto e “ideologia de gênero”: antigas e novas pautas do movimento feminista

Após analisar as postagens mais frequentes na página do facebook e blog da Marcha de Campinas, dois assuntos se sobressaíram, a questão do Aborto no Brasil e na América Latina, bem como, os embates travados no que diz respeito a “Ideologia de gênero”.

No que se refere ao primeiro tema, a discriminação do aborto, como já citado no item 3.1, o movimento feminista no Brasil tem uma atuação histórica com relação ao assunto. Os debates foram marcados por avanços, recuos e, sobretudo, pelo conservadorismo por parte da política brasileira, ala fortemente influenciada pela religião católica e evangélica. Lucila Scavone (2008) pontua que

Os recuos vão da omissão da palavra “aborto”, em meados dos anos 70 – para assegurar as alianças políticas com os setores da esquerda e da Igreja Católica progressista na luta contra a Ditadura –, à opção política pela discriminação e pela efetivação dos casos previstos por lei, o percurso das políticas feministas para tratar do problema indica o poder das forças conservadoras em jogo (SCAVONE, 2008, p.676).

A autora afirma também que, no começo dos anos 1980, uma publicação com ampla repercussão sobre o aborto, de autoria da Frente Feminista de Mulheres de São Paulo, tratava o tema como um direito de autonomia e ressaltava os perigos à saúde das mulheres que decorriam de sua clandestinidade, principalmente nas camadas populares, essas duas questões orientam as táticas das feministas brasileiras até hoje, no viés dos direitos individuais e sociais, autonomia do corpo, livre escolha e, não obstante, no argumento da saúde e classe, tendo em vista as condições precárias em que são realizados os abortos clandestinos.

A última Marcha das Vadias realizada em Campinas, em 2014, teve como tema a discriminação do Aborto na América Latina e Caribe, principalmente devido aos projetos de lei que foram reabertos recentemente. Dentre eles, cito o PL 5069/2013, de autoria do deputado Eduardo Cunha, cuja pretensão é dificultar o acesso ao aborto, criminalizando todas e todos que auxiliarem de qualquer forma uma interrupção de

gravidez, mesmo em casos de violência sexual. Trata-se de uma violação aos poucos direitos já conquistados³⁰.

As discussões em torno da discriminação por parte de ativistas da Marcha das Vadias estão relacionadas, basicamente, por alguns pontos, de acordo com os debates impulsionados em blogs e página de facebook, que justificam o porquê as mulheres deveriam ter direito à escolha, como **1)** a questão da saúde pública, **2)** o perfil das mulheres **3)** os direitos sexuais e reprodutivos. O primeiro ponto coloca a legalização do aborto como questão de saúde grave no Brasil, tendo em vista que o aborto ilegal é o quinto motivo de morte. Segundo Débora Diniz e Marcelo Medeiros (2013),

A PNA (Pesquisa Nacional de Aborto) indica que o aborto é tão comum no Brasil que, mais de uma em cada cinco mulheres já fez aborto. Tipicamente, o aborto é feito nas idades que compõem o centro do período reprodutivo feminino, isto é, entre 18 e 29 anos, e é mais comum entre mulheres de menor escolaridade, fato que pode estar relacionado a outras características sociais das mulheres de baixo nível educacional. A religião não é um fator importante para a diferenciação das mulheres no que diz respeito à realização do aborto. Refletindo a composição religiosa do país, a maioria dos abortos foi feita por católicas, seguidas de protestantes e evangélicas e, finalmente, por mulheres de outras religiões ou sem religião (DINIZ; MEDEIROS, 2013, p. 964).

A Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) revelou que o aborto é muito comum, principalmente entre mulheres de baixo grau de escolaridade e baixa renda. Com isso, torna-se questão de saúde pública, pois a realidade conhecida é que as mulheres iniciam o aborto com uso do medicamento cytotec e o finalizam nos hospitais públicos com a curetagem. Diniz e Medeiros relatam que os níveis de internação pós-aborto, contabilizados pela PNA são elevados e, por serem criminalizadas, as mulheres que praticam o aborto na maioria das vezes não são bem atendidas no Sistema Único de Saúde (SUS). Ou seja, o recorte de classe mostra-se bastante presente, pois mulheres de camadas sociais altas dispõem de melhores condições para abortarem.

Sobre o último ponto, os direitos sexuais e reprodutivos, segundo os materiais analisados na página da Marcha e blog, as ativistas consideram que, erroneamente,

³⁰ No Brasil, o aborto é permitido, quando a gravidez significar risco a vida da gestante; quando a gravidez resultar de estupro e o aborto for precedido de consentimento da gestante, ou, se incapaz, por seu representante legal, e, quando o feto for anencéfalo ou tiver grave doença de formação que o tornará inviável.

muitas pessoas acham que a legalização do aborto seria um substitutivo à contracepção. Elas fazem questão de ressaltar a importância dos movimentos feministas levantarem simultaneamente a questão da educação sexual e da contracepção quando forem abordar o tema. Nesse sentido, atividades com exibição de documentários que discutem o aborto foram realizadas na cidade de Campinas.

Nas redes sociais, as ativistas problematizam também o que consideram de “aborto masculino”, praticados por homens que não assumem a paternidade. Tecnicamente não é um aborto, pois não tem gestação. Porém, as ativistas utilizam da metáfora para dar visibilidade a uma realidade que é frequente. Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base no Censo Escolar de 2011, apontam que há 5,5 milhões de crianças brasileiras sem o nome do pai na certidão de nascimento. Há muitos casos de homens que se abstêm da responsabilidade paterna: não pagam pensões, não dividem gastos para a criação e educação das crianças e até mesmo ameaçam as mulheres que cobram esses direitos, o que seria um abandono da criança já nascida.

Resgatar a pauta de discriminação do aborto, no momento em que o Projeto de Lei como PL 5069/2013 foi reaberto, mostra que o movimento feminista continua combativo e não retrocede, principalmente no que diz respeito a lutas que são históricas.

A respeito do segundo tema mais publicado nas redes sociais da Marcha de Campinas, a “Ideologia de gênero”, é interessante ressaltar algumas questões que chamam atenção no que diz respeito à educação e ao gênero, e de como atualmente é retomado a partir de reivindicações de diversos movimentos sociais, como o de mulheres e LGBTQ+. A Coletiva Vadia impulsionou, juntamente com outros coletivos feministas e LGBTQ+ na cidade, manifestações na Câmara dos Vereadores demonstrando insatisfação ao boicote religioso no que tange o Plano Nacional de Educação (PNE), e a inserção das discussões sobre gênero no ensino.

No Brasil em 2015, nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, grupos de cunhos religiosos atuaram para eliminar das diretrizes educacionais orientações que valorizavam a diversidade sexual e combatiam as desigualdades de gênero, bem como empenham-se na proibição da inclusão e o debate dos termos “gênero” e “orientação sexual” nas escolas. A cientista política, Flávia Biroli (2015), afirma que:

Movimentos feministas e LGBTQ+ foram responsáveis pela inclusão, na agenda política, do entendimento de que a garantia formal de

direitos iguais universais para os indivíduos não foi suficiente para reduzir a exclusão, marginalização e estigmatização de parte da população. As democracias conviviam, ainda, com preconceitos e arranjos sociais discriminatórios, mesmo quando a lei determinava que os indivíduos eram cidadãos iguais independentemente do sexo, da cor, do estilo de vida (BIROLI, 2015).³¹

No final da década de 1990, no pós Constituição Federal de 1988, houve abertura para o governo construir as políticas junto com a sociedade civil. Encontros e conferências abriram as políticas públicas para essa temática, pois a inserção de gênero na educação tornou-se algo inovador. Cláudia Vianna e Sandra Unbehaum (2004), ao analisarem as questões de gênero nas políticas públicas de educação no Brasil, entre 1988 a 2002, afirmam que a intersecção dessa discussão ganhou maior visibilidade nas pesquisas educacionais somente em meados dos anos de 1990, com grandes avanços na sistematização de reivindicações que visam à superação, no âmbito do Estado e das políticas públicas, de uma série de medidas contra a discriminação da mulher. Porém,

Poucas são as investigações que abordam o impacto da discriminação de gênero nas políticas públicas educacionais, tais como a persistência da discriminação contra as mulheres expressa em materiais didáticos e currículos, a limitação ao acesso à educação e permanência na escola, sobretudo das jovens grávidas, bem como o fracasso escolar que marca de maneira distinta a trajetória escolar de meninos e meninas. A escassez dessa abordagem espelha-se na raridade de análises densas sobre a discussão acerca da igualdade entre homens e mulheres prevista na Constituição Federal de 1988 (VIANNA; UNBEHAUM, 2004, p.78).

Nesse sentido, ter políticas públicas que deem visibilidade à questão da educação sexista e a questão LGBTTT, denuncia o fato de que alguns indivíduos, pelas suas características, têm menos chances que outros de serem respeitados. No ambiente escolar, as discriminações produzem sofrimentos e, com isto a escola tem o papel de ativar concepções que não reproduzam desigualdades de gênero, mas que combatam tais desigualdades.

Quando tais questões começam a se consolidar no campo das políticas públicas no país, há o avanço do conservadorismo que se articula atualmente no Congresso Nacional e se estende por meio das bancadas evangélica e católica, alicerçados no

³¹ Artigo disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2015/06/30/o-que-esta-por-tras-do-boicote-religioso-a-ideologia-de-genero/>

patriarcado, onde a sociedade capitalista estão fundamentados. O termo ideologia se relaciona, nesse contexto, como algo ruim, uma doutrinação por parte dos/as ativistas que defendem a inserção da discussão no Plano Nacional de Educação. Biroli (2015) considera que

Em algumas abordagens no pensamento político, a noção de ideologia se aproxima da ideia de mistificação, ilusão, inversão da realidade. Em outras, prevalece o entendimento de que a ideologia corresponde a um conjunto de sentidos, de ideias, que constituem nossa relação com o mundo e fazem de nós quem somos. O primeiro caso pressupõe uma antítese bem definida entre a realidade objetiva e os significados a ela atribuídos. É nesse sentido que, no senso comum, pode-se atribuir a alguém a pecha de ideológico quando distorce os fatos em vez de ater-se à “realidade” das coisas. O segundo já pressupõe o entendimento de que a relação com o mundo social é sempre atravessada por sentidos que nos precedem, e que estão em disputa. Não há momento ou circunstância em que a realidade se dê a ver sem estar impregnada de significados e de valores. É numa realidade que não é nem falsa nem verdadeira, mas socialmente significada, que nos constituímos como indivíduos (BIROLI, 2015).

Nesse sentido, grupos religiosos e parlamentares baseiam-se na ideia de que ideologia é algo falso, que se opõe a uma natureza e verdade. Como resposta às ofensivas contra a “Ideologia de gênero”³², grupos feministas e LGBTTT organizaram-se em diversas cidades do Brasil para que não haja retrocessos no que tange à educação no Brasil. No blog da Marcha de Campinas, as ativistas postaram textos que pontuavam a posição delas perante essas questões,

“Para nós, da Coletiva das Vadias, o debate de Gênero e Sexualidade nas escolas é crucial para a construção de uma sociedade mais igualitária e menos machista, racista e homofóbica! Aprender a respeitar é construir cidadania! Por uma educação libertadora e que valorize a beleza da diversidade!!” Gênero e Diversidade nas escolas: Aprender a respeitar é construir cidadania! (2015)³³.

Portanto, a noção de gênero torna-se dispositivo para a compreensão e superação de formas de violência e opressão baseadas na recusa à diversidade das vivências e experiências dos indivíduos. As mobilizações, materiais escritos pela Coletiva Vadia,

³² Termo criado pela bancada evangélica.

³³ Texto disponível em: <https://marchavadiascampinas.milharal.org/2015/06/19/genero-e-diversidade-nas-escolas-aprender-a-respeitar-e-construir-cidadania/>

demonstram que as ativistas ampliam o escopo de discussões e pautas para além de questões relacionadas ao corpo feminino, inserindo-se em outros debates que abrangem a homofobia, transfobia e racismo na sociedade.

Considerações finais

Esta dissertação teve caráter exploratório de pesquisa, portanto, não possui amplo alcance de generalização, no que diz respeito às Marchas das Vadias e aos temas ora desenvolvidos por intermédio desse fato social. A pesquisa exploratória visa à descoberta, ao achado e à elucidação de fenômenos de modo preliminar (Gonçalves, 2014). É verdade que as Marchas das Vadias estão em curso, elas acontecem ou já aconteceram em diversas cidades, estados do Brasil e do mundo, o que demanda um trabalho de fôlego muito maior que o empreendido por mim nos moldes de um curso de mestrado. Porém, quis evidenciar e elucidar questões próprias da Marcha de Campinas que também devem estar presentes em muitas outras, embora tenho a certeza de que cada marcha possui formas, métodos diferentes de organização, desde suas ativistas até o modo de execução de suas ações.

A pesquisa sobre a Marcha das Vadias de Campinas me possibilitou observar como o feminismo contemporâneo articula-se dentro e a partir de um grupo de mulheres que, apesar de específico de uma localidade brasileira, traz em si a força de muitas temáticas que atravessam a movimentação por igualdade e autonomia das mulheres por meio do conceito de Marcha. Este tem sido frequentemente empregado com vários intuitos de abrigar manifestações reivindicatórias pelo país a fora.

Na sociologia, tal conceito não é tão explorado, o que dificultou encontrar referências sobre o tema. No Brasil, uma das primeiras vezes que esteve em evidência, foi no período de ditadura militar (1964), através da “Marcha da família com Deus pela liberdade”, que consistiu numa série de manifestações organizadas principalmente por setores do clero e por entidades femininas em resposta ao “perigo comunista”. Nos anos 2000, Marcha passou ser utilizada para caracterizar movimentações de cunho contestatório, foi incorporado principalmente no feminismo, como já citado na introdução deste trabalho, a Marcha das Margaridas, Marcha das Mulheres Negras, dentre outras marchas.

No decorrer da dissertação o esforço de articular a temática com o “corpo e cidade”, “corpo na cidade” e o “corpo da cidade”, me ofereceu subsídios para explorar a Marcha de Campinas dentro desses aspectos, através das entrevistas, análise das mídias digitais e fotografias. Além disso, pude perceber que, apesar de utilizar ferramentas que já estavam presentes na pauta feminista brasileira antiga, como o próprio corpo, a

Marcha é contemporânea e a ela aderem aspectos que dão novas significações para o corpo com novos artefatos e possibilidades de instrumentalização da luta política.

O corpo, para essas jovens ativistas, é a grande questão. Nele, concentra-se o ‘fazer política’. Em marcha, ele confronta símbolos religiosos, moralidades e questiona padrões hegemônicos de beleza. “*Meu corpo, minhas regras, nossa luta*”³⁴: essa é principal bandeira delas. O ponto em comum em todas as falas das ativistas com quem conversei é o corpo. A sexualidade é resgatada também através dessa expressão de feminismo, ligada ao poder. As vadias recolocam a sexualidade, no sentido de incentivar as mulheres a se conhecerem. A relação da mulher com a sexualidade não é de intimidade, pois a maioria das mulheres não conhece seus corpos. Nesse sentido, a Marcha das Vadias, através da Coletiva Vadia utiliza, como tática para disseminar a discussão, oficinas de sexualidade, oferecidas pelas próprias integrantes em escolas públicas e também em algumas reuniões somente para mulheres.

Ao analisar a relação do corpo feminino com a cidade através da Marcha e das articulações das ativistas que a impulsionam, percebi que o corpo é estratégia de fuga ao mesmo tempo em que ele faz a cidade existir. Na cidade, o corpo circula, interage e resiste. A experiência urbana se inscreve nos corpos ao mesmo tempo em que os corpos ficam inscritos nas cidades. O corpo se circunscreve na cidade, modificando-a e dá novas atribuições, principalmente o corpo feminino, tendo em vista que o espaço público na ordem patriarcal não é destinado às mulheres. A cidade é marcada por rupturas, é um lugar privilegiado de análise das relações dos indivíduos, inseridos em intensos processos de mudanças. Nessa conjuntura, movimentos sociais urbanos cumprem o papel singular, modificando as relações entre cidade e corpo.

Em campo, percebi que o espaço público é ocupado por estudantes e ativistas feministas da Marcha de diversas maneiras: através de reuniões para discutir a construção da Marcha das Vadias, dentre outras atividades de cunho feministas, com festas e atividades como a *Buteca feminista*, citada no capítulo 1, através de panfletagem de materiais, textos, tendo como tema a “Ideologia de gênero”, a descriminalização do aborto, dentre outros, e principalmente com a Marcha das Vadias.

A Universidade de Campinas (UNICAMP), a moradia estudantil da UNICAMP, e o centro da cidade de Campinas, foram os locais destacados pelas ativistas, que elas ocupam de alguma maneira. Quero destacar o ambiente universitário, pois ele

³⁴ Retirado do blog da Marcha de Campinas.

contribuiu para a construção de uma consciência crítica das universitárias e também foi nesse espaço que se constitui a Coletiva Vadia, que impulsiona a Marcha em Campinas. A organização de mulheres por meio de coletivos, organizações, grupo de estudos, não é algo novo no feminismo.

No período ditatorial no Brasil, surgiram grupos de estudos, porém, a maioria dentro de partidos políticos que enviesavam a discussão sempre para a questão de classe. Hoje, essa associação direta dos partidos políticos e das classes sociais com a militância feminista não ocorre da mesma forma., tendo as mulheres e os homens a liberdade de se reunirem para pautas feministas em outros espaços sociais, inclusive virtuais de grande importância para as bandeiras de luta e as sociabilidades dessas/es jovens. Particularmente, foi o espaço universitário que me chamou a atenção para as questões do feminismo, antes eu não tinha conhecimento e interesse pela temática. Nas conversas com as integrantes da Coletiva Vadia, o processo de inserção na militância feminista deu-se, majoritariamente, da mesma maneira: no ambiente universitário.

A minha formação enquanto feminista deu-se na universidade em que me graduei. Antes, não tinha contato com discussões, atuações e não me considerava feminista. Através das falas das ativistas por meio das entrevistas, identifiquei-me com os processos de consciência crítica da situação das mulheres, principalmente com as que citaram o movimento estudantil, os diretórios centrais de estudantes (DCE). Afinal, através dos DCEs, as estudantes de diversos cursos estabelecem contato e, assim, surgem coletivos feministas dentro do movimento estudantil.

Esses espaços são destinados às mulheres, elas discutem, organizam-se, dão visibilidade aos casos de machismo, abuso dentro dos espaços universitários e dentro do próprio movimento estudantil, além de tratarem do machismo extramuros universitários. É interessante ressaltar a participação dos homens na Marcha das Vadias de Campinas e de como as militantes enxergaram a contribuição masculina nesses espaços. As entrevistadas demonstraram desconforto em relação à presença masculina em algumas atividades, uma delas pontuou que:

O maior problema de homens estarem na organização é que a gente ainda precisa construir a nossa voz. Muitas vezes nós temos vergonha de nos manifestar, somos amordaçadas. Então se tem homem no espaço é incrível como eles roubam a cena, a fala, mesmo sem querer, sem perceber e muitas vezes querendo. Mas a gente precisa aprender a fazer as coisas com as nossas próprias pernas, confiar na gente mesma pra que depois a gente consiga lidar com eles (Entrevista, 2015).

O lugar de fala dentro da Marcha das Vadias é totalmente feminino, tendo em vista que historicamente as mulheres, suas histórias foram silenciadas e dentro dos próprios movimentos sociais, questões relacionadas à opressão sofrida pelas mulheres dificilmente era pautada, e quando pautada não era prioritária. Em uma cidade média e do interior paulista, como Campinas, muitas jovens se veem com a oportunidade de se liberarem de várias repressões e controles sobre seus corpos, sexualidades, pensamentos e sensibilidades via a participação nos preparativos da marcha e nos eventos que decorrem dela. Logo, a marcha mobiliza pessoas não apenas no seu ato, mas no cotidiano regular da vida de muitas de suas organizadoras e simpatizantes.

Em minha experiência, ao acompanhar duas Marchas na cidade de Maringá, Paraná, as reuniões pré-marcha eram construídas majoritariamente por mulheres, mas havia alguns homens que se identificavam como gays que participavam das reuniões, porém, como ouvintes e não como protagonistas. Já em marcha, muitos homens heterossexuais, homossexuais participaram sem problema, vários escreviam frases em seus corpos, que questionavam relações de posse dentro de relacionamentos heterossexuais, outros passavam batom, iam vestidos com roupas femininas.

Figura 5 - Marcha das Vadias de Maringá, 2013 (foto de Camila Galetti).



Ou seja, a Marcha das Vadias é construída por mulheres, porém, com algum apoio masculino, tendo em vista que o protagonismo sempre é feminino. Uma das ativistas da Coletiva Vadia pontua que homens precisam “Usar os espaços que possuem privilégios, os quais mulheres não têm acesso para questionar comportamentos, problematizar machismos cotidianos nas atitudes de seus amigos. Esses espaços têm potencial transformador”, pois são nesses espaços onde se disseminam machismos.

Assim, retomo a questão da importância das relações cotidianas para a ampliação da luta das mulheres. Esse ponto foi destacado em quase todas as falas das entrevistas: “Tentamos mudar nosso cotidiano, para chegar a uma mudança cultural, pois é o que entendemos por feminismo” (Entrevista, 2015). Porém, isso não exclui o avançar com a ampliação dos direitos das mulheres por parte do Estado, de políticas públicas voltadas às mulheres e por mais mulheres no âmbito político, segundo as entrevistadas. Essa dimensão de feminismo, institucional, está mais consolidado, pois é exercido por meio do Estado, dos organismos governamentais que mobilizam as políticas públicas, transformações mais concretas (no que tange a legislações, decretos e ações institucionais), agendas políticas, trava embates visando os direitos das mulheres, tendo em vista a pouca participação feminina nos âmbitos dos parlamentos e dos executivos brasileiro.

A respeito da relação desses coletivos feministas considerados autônomos, em campo, compreendi que os novos coletivos e grupos feministas não possuem interesse ou preocupação de se inserirem em partidos políticos. Apesar de existirem setoriais feministas nos partidos atuais, e muitos deles serem bem consolidados, as divergências sobressaem nessa relação, e o conceito de autonomia é preservado de certa maneira pelas ativistas consideradas independentes.

Portanto, posso inferir que a Marcha das Vadias e suas novas estratégias de fazer movimento se articulam com outras expressões como as citadas na Introdução deste trabalho: a ‘Primavera feminista’, e também campanhas que se restringiram nas redes sociais como o #meuprimeiroassédio #chegadeFiuFiu, campanhas que denunciam abusos, objetificação do corpo feminino e que deram visibilidade por meio de relatos, experiências, a uma realidade cotidiana na vida das mulheres. Esse é o panorama de maior evidência atual e que também está presente em cidades menores, não só nas capitais.

A emergência do ciberativismo potencializa de certa maneira o feminismo, seus campos de intervenção, porém, vale ressaltar que o feminismo pautado principalmente

através das redes sociais é limitado, principalmente porque não são todas as mulheres que tem acesso e tempo para se informarem e postarem relatos nas redes sociais. Esse tipo de feminismo, por meio das redes sociais que tive acesso nesta pesquisa, se mostra majoritariamente branco e de classe média. Devido a, coletivos/grupos de negros têm se apropriado das redes sociais para darem visibilidade as suas pautas também.

O recorte de raça não foi objeto de pesquisa nesta dissertação, porém, tenho dimensão da problemática e dos atuais desafios do movimento feminista em relação a esta importantíssima questão em nossa sociedade, e, principalmente como o feminismo negro têm se consolidado, muitas vezes fazendo a crítica à Marcha das Vadias, principalmente pelo nome “vadia”, devido ao fato de que mulheres negras historicamente foram reduzidas às questões sexuais e muitas vezes chamadas de vadias, no sentido pejorativo da palavra. O feminismo interseccional, que pauta a tríade raça, classe e gênero na contemporaneidade torna-se uma estratégia epistemológica para “levar em conta as inúmeras fontes da identidade, embora não tenha a pretensão de propor uma nova teoria globalizante da identidade” (CRENSHAW apud HIRATA, 2014, p. 62).

Há também, conflitos internos que não são apenas de raça, como a questão da prostituição. As ativistas da Coletiva Vadia pontuaram sobre esse aspecto que: “Se tem mulher lutando para melhores condições de trabalho e vida, eu não posso ser contra” (Entrevista, 2015). As ativistas defendem a regulamentação das profissionais do sexo, tendo como base o fato de serem mulheres reivindicando melhores condições de trabalho. A Coletiva Vadia não problematiza a relação sobre as formas como o capitalismo e o patriarcado mercantilizam a vida e o corpo das mulheres. Vale ressaltar que a questão da prostituição é uma singularidade da Marcha de Campinas, pois as outras Marchas do Brasil não problematizam, muito menos possuem essa bandeira de luta.

Por fim, os resultados da pesquisa indicam que a tríade corpo, cidade e ciberativismo confluem e complementam-se no sentido de tornarem-se territórios físicos, virtuais e simbólicos, os quais são utilizados com a finalidade de obter visibilidade e, principalmente, equidade e autonomia das mulheres hoje.

Referências Bibliográficas:

ADELMAN, Miriam. A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. São Paulo, Blucher Acadêmico, 2009.

ALBUQUERQUE, Leila Marrach Bastos de. As Invenções do Corpo: Modernidade e Contramodernidade. Motriz Jan-Jun. Vol. 7, n.1, pp. 33-39, 2001.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Nordeste: uma invenção do “falo” - uma história do gênero masculino no Brasil (1920-1940). Maceió: Ed. Catavento, 2003.

ALMEIDA, Miguel Vale de. Corpo presente: Treze reflexões antropológicas sobre o corpo. Editora Celta, 1996.

_____. O manifesto do corpo. Revista Manifesto, 5. 2007. Disponível em: <http://miguelvaledalmeida.net/wp-content/uploads/2008/06/o-manifesto-do-corpo.pdf>

_____. Outros Destinos. Ensaios de Antropologia e Cidadania, Campo das Letras, 2004.

ALMEIDA, Tânia Mara et al. (Org.). Gênero e feminismos: convergências (in)disciplinares. Brasília: ExLibris, 2010.

_____; BANDEIRA, Lourdes. A dinâmica de desigualdades e interseccionalidades no trabalho de mulheres da limpeza pública urbana: o caso das garis. Mediações, Londrina, v.20, n.2. jul/dez.2015

ALVAREZ, E. Sônia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. cadernos pagu (43), janeiro - junho de 2014.

AVELAR, Lúcia. Movimentos, redes, feminismo de Estado: a representação extraparlamentar das mulheres brasileiras. Cadernos Adenauer XIV, nº3, 2013.

BANDEIRA, Lourdes. Feminismo: Memória e História. In: Feminismo, Memória e História. SALES, Celecina et al (orgs). Fortaleza, Imprensa Universitária, 2000.

BARBOSA, Maria R.; COSTA, Maria E.; MATOS, Paula M. Um olhar sobre o corpo: O corpo ontem e hoje. Revista Psicologia & Sociedade; 23 (1): 24-34, 2011.

BARSTED, Leila Linhares. “Legalização e descriminalização do aborto no Brasil, 10 anos de luta feminista.” In Revista Estudos Feministas, n. 0, 1992.

_____. “O movimento feminista e a descriminalização do aborto.” In Revista Estudos Feministas, v. 5, n. 2, 1997.

BEHAR, Ruth. The vulnerable observer: Anthropology that breaks your heart. Boston: Beacon Press, 1996.

BIROLI, Flávia. O que está por trás do boicote religioso a ideologia de gênero, 2015. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2015/06/30/o-que-esta-por-tras-do-boicote-religioso-a-ideologia-de-genero/>

BRETON, David Le. A sociologia do corpo. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2007.

BOHN, Simone. Feminismo estatal sob a Presidência Lula: o caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Revista Debates, Porto Alegre, v.4, p.81-106, jul.- dez. 2010.

BOLTANSKI, Luc. As classes sociais e o corpo. São Paulo, Ed. Paz e terra, 2004.

BORIS, Georges Daniel J. Bloc. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. 2007.

BOZON, Michel. 2004. Sociologia da Sexualidade. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

BUTLER, Judith. “Performative Acts and Gender Constitution, An Essay in Phenomenology and Feminist Theory”, publicado em The Performance Studies Reader, Henry Bial (ed.), 2004, Routledge: Londres e Nova Iorque, pp. 154 -166.

CAMARGO, Michelle A. Lugares, pessoas e palavras: o estilo das minas do rock na cidade de São Paulo, Dissertação (Mestrado), Unicamp. 2010.

CAPELA, Gustavo Moreira. “O direito à prostituição: aspectos de cidadania”. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2013.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. Communication power. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. Editora Cortez, 2014.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, ano 10, p.171-188, 1º sem. 2002.

DANIEL, Camila. O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. O Social em Questão - Ano XIV - nº 25/26 – 2011.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 15. 2013.

ELIAS, Norbert. Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. Revista Sociedade e Estado - Volume 29 Número 2 Maio/Agosto 2014.

GROSZ, Elizabeth. Corpos-cidades. In: Gênero, Cultura visual e Performance: Antologia crítica. Org: MACEDO; RAYNER. Edições Húmus, 2011.

HAHNER, June E. A Mulher no Brasil. Traduzido por: Eduardo F. Alves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, D. Espaços de esperança. São Paulo: Loyola, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza. “Construção de si, gênero e sexualidade”, in: HEILBORN, Maria Luiza. (org.). Sexualidade: o olhar das ciências sociais, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p. 40-59.

HELENE, Diana. A invenção do Jardim Itatinga: a segregação urbana da prostituição. In: SIMÕES, Soraya; SILVA, Hélio; MORAES, Aparecida. (Org.). Prostituição e outras formas de amor. 1ed. Niterói: Editora da UFF, 2014, v. , p. 101-118.

_____. A Marcha das Vadias: o corpo da mulher e a cidade. REDOBRA , v. 11, p. 68-79, 2013.

_____. Corpo e Cidade: uma pequena etnografia da Prostituição em Campinas. Os Urbanitas (São Paulo) , v. 5, p. 5, 2008.

HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009.

FALQUET, Jules. Le Mouvement féministe em Amérique Latine et aux Caraïbes: défis et espoir face à la mondialisations néolibérale. Disponível em julesfalquet.wordpress.com/2011. Acesso em 20/10/2012.

_____. De gré ou force: lês femmes dans La mondialisation. Paris: La Dispute/SNÉDIT, 2008.

_____. Las feministas autónomas latino-americanas y caribeñas: veinte años de disidencias. Universitas humanística 78 julio-diciembre, pp: 39-63. Bogotá – Colombia. 2014.

FERREIRA, Verônica. Entre emancipadas e quimeras: imagens do feminismo no Brasil. Cadernos AEL, n. 3/4, 1995/1996.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.

_____. A vontade de saber. História da sexualidade I. R. Janeiro: Graal, 1984.

_____. O uso dos prazeres. História da sexualidade II. R. Janeiro: Graal, 1983

FUKS, Mario. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil políticos dos jovens. Opinião Pública, v. 18, n. 1, p. 88-108, 2012.

FUKS, Mario. Juventude e socialização política: Parlamento Jovem. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

GALETTI, Camila. Feminismo em movimento: A Marcha das Vadias e o movimento feminista contemporâneo. Anais do 18º Encontro da REDOR (UFRPE), 2014.

Gargallo, F. (2004). Ideas feministas latinoamericanas. México: Universidad de la Ciudad de México.

GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade. Editora Unesp, 1992.

GÓIS, M.M.S. Aspectos históricos e sociais da anticoncepção. Reproduo, v. 6, n. 3, p. 119-24, 1991.

GURGEL, Telma. O feminismo como sujeito coletivo total: a mediação da diversidade. In: Cadernos de crítica feminista. Recife: SOS-Corpo. 2011. p.30-48.

_____. Feminismo e as jovens feministas: desafios programáticos e organizativos. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

HELENE, Diana. A Marcha das Vadias: O corpo da mulher e a cidade. Redobra, 2013.

JACQUES, P. B. Zonas de Tensão: em busca de micro – resistências urbanas. In: Jacques, P. B.; BRITTO, F. D. (Org.) Corpocidade: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 106-119.

LOVENDUSKI, J. State feminism and political representation. New York. Cambridge University Press, 2005.

MACHADO, José Roberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, p. 248-285, 2007. Acessado em 30/julho/2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a12.pdf>

MALUF, Sônia W. Políticas e teorias do sujeito no feminismo contemporâneo. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, Santa Catarina, 2006.

MARTELO, Laura França. Tensões e desafios na construção de espaços e encontros entre feministas jovens autonomistas no contexto brasileiro e latino americano (2011-2014). Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O sujeito nas ondas do feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. Revista Café com Sociologia. 2015.

MAUSS, Marcel. “As técnicas do corpo” In: Sociologia e Antropologia. 1974.

MESSENBERG, Débora. O paradoxo da democracia: A participação política dos alunos da Universidade de Brasília. Revista Civitas, Porto Alegre, v. 15, n. 1, e1-e23, jan.-mar. 2015.

MONNET, N. “Qu’implique flâner au féminin en ce début de vingt et unième siècle? Réflexions d’une ethnographe à l’œuvre sur la place de Catalogne à Barcelone”. *Wagadu*, v. 7, Fall, 2009.

Mujeres Creando y Feminismo Autónomo Latinoamericano (MCFAL). (1999-2002). *Porque la memoria no es puro cuento*.

MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2002.

OKIN, Susan M. *Gênero, o público e o privado*. Estudos feministas, 2008.

PAPA, Fernanda de Carvalho e SOUZA, Raquel. *Forito, Jovens feministas presentes*. São Paulo: Unifem/Friedrich Ebert Stiftung e Ação Educativa, 2009.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo, editora Contexto, 2007.

_____. *Os excluídos da história: Operários, Mulheres, Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

PLANT, Sandie. *Mulher digital: o feminino e as novas tecnologias*. Rio de Janeiro, Record, Rosa dos tempos, 1999.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISANO, M. *El triunfo de la masculinidad*. Santiago de Chile: Surada. 2001.

_____, Gaviola, E., Bedregal, X., Rojas, R. y Franulic, A. *Feminismos Cómplices, 16 años después*. México DF: La Correa Feminista-CICAM. 2009.

_____. y Franulic, A. *Una historia fuera de la historia. Biografía política de Margarita Pisano*. Santiago: Editorial Revolucionarias. 2009.

PROBST, Elisiana Renata. *A evolução do trabalho da mulher no mercado de trabalho*. Disponível em: <http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf> acesso em 04 de agosto de 2015.

RAGO, Margareth. *Adeus ao Feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil*. In: *Cadernos AEL*. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, n. 3/4, p. 11-43, 1995/1996.

_____. *Audácia de sonhar: memória e subjetividade em Luce Fabri*. In: *História oral*. Associação Brasileira de História Oral. n.5, junho. p. 29-44, 2002.

_____. **Os feminismos no Brasil: dos ‘anos de chumbo’ à era global, 2003.**

LABRYS, estudos feministas, n. 3, jan/ jul. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys03>>, Acesso em: 29 jul. 2013.

_____. A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP, Editora Unicamp, 2013.

RANGEL, P. Demandas feministas e políticas de gênero. In: CONGRESSO ALA-CIP, Buenos Aires, jul. 2010.

_____. Movimentos feministas e direitos políticos das mulheres. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

RIBEIRO, A.C. T. Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos. In: Jacques, P. B., BRITTO, F. D. (Org.) Corporidade: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 24-41.

RIGITANO, Maria Eugenia Cavalcanti. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente, 2003.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da. “A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese.” In Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 23. n. 2, 2006. pp 369-374.

ROSÁRIO, N. M (2006) Mundo contemporâneo: corpo em metamorphose. Versão online. Acesso em 01 de julho de 2015 em: www.comunica.unisinos.br/semiotica/nisia_semiotica/conteudos/corpo.htm

RUEDA, Érida Dutra. A mídia e a produção discursiva sobre a mulher. Disponível em: www.fundamentalpsychopathology.org/8_cong_anais/MR_328.pdf

SEGATO, Rita. La pedagogia de la crueldade. Pagina12, 2015.

PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1992.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? 2001.

SANDOVAL, C. Feminismo del Tercer Mundo de EE.UU. La Teoría y el Método de la conciencia opositora en el Mundo Posmoderno. Genders, 10, 1-24. 1991.

SASSAKI, Raphael. Marcha das Vadias leva 300 pessoas para a av. Paulista. Folha de São Paulo. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/925522-marcha-dasvadias-leva-300-pessoas-para-a-av-paulista.shtml> Acesso em: 12 jul. 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Expressão Popular, 2013.

_____. Gênero, patriarcado, violência. Editora Perseu Abramo, p.54, 2004.

SANT’ANA, Denise Bernuzzi. *Políticas do corpo*. São Paulo, Estação Liberdade, 2009.

- _____. As infinitas descobertas do corpo. Cadernos pagu (14) 2000.
- SANTAELLA, Lucia; NOTH, Winfried. Comunicação e Semiótica. 1ª Ed. São Paulo: Hacker, 2004
- SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. Cadernos Pagu 16, 2001, pp.31-48.
- SCAVONE, Lucila. Políticas feministas do aborto. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008.
- SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República). Anais da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Autonomia e igualdade para as mulheres, 12 a 15 de dezembro de 2011, Brasília – DF.
- SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise. Revista Educação & Realidade, vol.15, n.2, 1990.
- SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- SWAIN, Tania Navarro. Feminismos: Teorias e perspectivas. Revista Textos de história da pós-graduação em História da UnB, vol.8, números 1-2, 2000.
- TAKARA, Samilo; TERUYA, Teresa K. Mídia e Educação: problematizando noções de território midiático. Revista Textura Canoas n.27 p.126-139 jan/abr 2013.
- _____. Gênero e blog - problematizações dos discursos dos professores-as. 2013.158 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.
- TARROW, Sidney. O poder em movimento: Movimentos Sociais e confronto político. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2009.
- TUFTE, Thomas. O renascimento da Comunicação para a transformação social – Redefinindo a disciplina e a prática depois da ‘Primavera Árabe. Intercom – RBCC, São Paulo, v.36, n.2, p. 61-90, jul./dez. 2013.
- VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004.
- WOLFF, Janet. Recuperando a corporalidade: Feminismo e política do corpo. In: Gênero, Cultura visual e Performance: Antologia crítica. Org: MACEDO; RAYNER. Edições Húmus, 2011.
- ZÜQUETE, J. P. Por que ser um black bloc. Revista de História, Rio de Janeiro, 01 jul. 2014. Disponível em: <http://www.rhbn.com.br/secao/capa/por-que-ser-um-black-bloc>
Acesso em: 20 de julho de 2015.
- YOUNG, Iris Marion. La justicia y la política de la diferencia. Madrid: Cátedra;

Valência: Universitat de València. 1998.

_____. Representação política, identidade e minorias. Revista Lua Nova, nº 67, 2006.

Sites:

<http://www.sof.org.br/noticias/a-marcha-das-vadias-e-a-mercantiliza%C3%A7%C3%A3o-do-corpo-e-vida-das-mulheres>

<http://www.mamu.net.br/>

<http://www.itcp.unicamp.br/drupal/?q=node/83>

<https://marchavadiascampinas.milharal.org/vadiagem-em-acao/historica/>

<http://marchadasvadiasmga.blogspot.com.br/>

<http://blog.marchadamaconha.org/>

<http://www.brasildefato.com.br/node/33543>

<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>

<http://www.feminismoesquerda.com.br/tag/aborto/>

6. ANEXOS

Roteiro

Faixa etária; escolaridade; raça;

- 1) O porque da participação na marcha
- 2) Qual é a identificação com a marcha
- 3) Se considera feminista
- 4) Principais bandeiras de luta
- 5) Opinião sobre participação de homens na Marcha
- 6) Existe alguma relação da pauta da Marcha com as políticas públicas voltadas para as mulheres na cidade de Campinas
- 7) O que o corpo significa nessa manifestação
- 8) Anteriormente já participou de algum movimento de cunho feminista
- 9) Considera a Marcha como um movimento plural
- 10) Há atividades feministas para além da marcha
- 11) Relação da Marcha com gays, lésbicas e transexuais
- 12) O corpo costuma ser pautado. Que corpo é esse?
- 13) Nas redes sociais, quais tipos de comentários são bloqueados
- 14) Mulheres procuram a página da Marcha de Campinas no facebook para contar relatos relacionados a assédios, violências?

Percepções sobre movimentos feministas em geral

- 15) Contribuição dos novos movimentos feministas
- 16) Feminismo de Estado *versus* feminismo autônomo
- 17) Internet e feminismo

TERMO DE PARTICIPAÇÃO

Estou ciente de que o projeto de dissertação de mestrado *Mulheres e feminismo: Uma análise da Marcha das Vadias de Campinas/SP*, vinculado ao Departamento de Pós-graduação de Sociologia, Universidade de Brasília (UnB), de autoria de Camila Galetti e orientada pela professora Dra. Tânia Mara Campos de Almeida, tem como objetivos: a) analisar a Marcha das Vadias de Campinas; b) recolher relatos informais de organizadoras da Marcha;

Também fui informada de que a coleta de informações para a realização do projeto será feita por meio de conversa sobre o tema, relatos de experiências. A mestranda se compromete em utilizar minhas falas só para a finalidade da pesquisa, sendo que seus resultados poderão ser divulgados em revistas técnicas, livros, congressos ou reuniões científicas, sem a identificação das pessoas que dela participaram.

Tenho claro que minha presença é voluntária e espontânea, sem qualquer pagamento ou recebimento por isto, bem como sem qualquer risco ou prejuízo a minha pessoa. Por fim, sei que posso deixar de colaborar com o referido projeto no momento em que assim o quiser, sem penalidade de nenhuma natureza.

Nestes termos, portanto, concordo em participar da pesquisa.

Campinas (SP), _____

Assinatura da participante: _____

Documento de identidade: _____

Mestranda Camila Galetti.